

Quem disse ?

«O serviço público constitui um património de toda a Europa, de todas as correntes político-ideológicas europeias e não apenas da esquerda.»

Alberto Arons de Carvalho
Diário de Notícias,
11 de Dezembro



Moção de António Guterres

Uma relação de confiança com os portugueses

O Secretariado Nacional do PS debateu, no dia 14, no Largo do Rato, a moção que o primeiro-ministro e secretário-geral do Partido, António Guterres, vai subscrever ao congresso dos socialistas agendado para os dias 6 e 7 de Fevereiro de 1999.

As linhas gerais da moção propõem «a renovação da confiança dos portugueses no Partido Socialista, com um mandato claro e inequívoco que, com estabilidade política, garanta a modernização» de Portugal, conforme afirmou o camarada António Vitorino na apresentação do texto perante o Secretariado Nacional.

Vitorino, principal redactor do documento, revelou no final da reunião que a moção tinha sido aprovada por consenso.

«Uma relação de confiança com os portugueses» é o título do texto que o secretário-geral dos socialistas apresentará para a sua reeleição na próxima reunião magna do PS.

Na conferência de Imprensa realizada no Largo do Rato na passada segunda-feira, António Vitorino referiu que a moção assenta em três pontos: o primeiro, a «actualidade do socialismo democrático», que sublinha os «valores e princípios» do socialismo português desde o 25 de Abril de 74 até aos nossos dias.

Em segundo lugar, a moção faz um «balanço de três anos de Governo» da Nova Maioria.

«Trata-se de prestar contas aos portugueses» sobre a actuação do Executivo socialista, explicou Vitorino.

O terceiro e último ponto inclui as propostas do Partido Socialista «para o século XXI», baseadas numa «sociedade solidária, segura, democrática, tolerante, moderna e mais justa».

O «Acção Socialista» publicará, oportunamente e na íntegra, o documento final a apresentar no Congresso do PS pelo camarada António Guterres, subscritor da moção.



Política

Sampaio lembra Timor-Leste no Aniversário dos Direitos Humanos



A Assembleia da República comemorou quinta-feira passada, com uma sessão solene, os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Numa mensagem enviada ao Parlamento, o Presidente da República lembrou a ausência de liberdades em Timor-Leste, enquanto Almeida Santos apontou o dedo às obsoletas e anacrónicas monarquias hereditárias, colocando-as em colisão com os princípios constantes na Declaração Universal.

Governo

«Time-Sharing» Turismo seguro



O Executivo socialista decidiu, no dia 10, alterar o regime jurídico da habitação periódica, transpondo para a ordem jurídica interna a directiva do Parlamento e do Conselho europeus, relativa à protecção dos adquirentes quanto a certos aspectos dos contratos de aquisição de um direito de utilização a tempo parcial (time-sharing) de bens imóveis.



Mil edições, vinte anos

Completa-se hoje a milésima edição do «Acção Socialista». Nos milhares de páginas editadas ao longo destes vinte anos encontra-se uma parte substancial da vida e da história do Partido Socialista, dos seus militantes e simpatizantes e de todos os que de uma forma ou de outra têm contribuído para a afirmação do PS e dos ideais do socialismo democrático no Portugal moderno de hoje.

A edição desta semana inclui, por isso, um suplemento de oito páginas onde um vasto conjunto de camaradas quis deixar o seu testemunho sobre a importância e o papel que o «Acção Socialista» teve, tem e terá na vida política interna do Partido Socialista. São reflexões que a todos, sem excepção, importa reter. Elas espelham o que efectivamente pensam aqueles para quem o «Acção Socialista» é semanalmente feito: os militantes.

O «Acção Socialista», como órgão de informação oficial do Partido Socialista tem procurado desde a primeira hora ser um espaço de diálogo com todos os militantes, privilegiando a livre opinião e uma informação séria e objectiva sobre a vida política aos mais diversos níveis.

Sempre na busca de mais e melhor informação, o «Acção Socialista» tem procurado, ao longo dos seus vinte anos de existência e das suas mil edições, ser um espaço de informação da vida política, partidária sempre na defesa dos ideais, das ideias e dos princípios do socialismo democrático que norteiam o Partido Socialista.

Por isso, neste momento em que comemoramos a publicação da milésima edição do «Acção Socialista», importa dar uma palavra de agradecimento a todos os militantes, sem excepção, que semana após semana vão contribuindo com os seus textos, com a sua leitura, com as suas críticas e sobretudo com a sua militância e empenhamento para a divulgação do nosso jornal.

Resta ainda uma palavra para a exposição comemorativa que a equipa do «Acção Socialista» preparou e que estará, a partir de hoje e até ao próximo dia 10 de Janeiro de 1999, patente na Sede Nacional do Partido Socialista, no Largo do Rato. A entrada é livre. Esta exposição é uma pequena mostra de vinte primeiras páginas que, em nosso entender, reflectem alguns dos principais acontecimentos políticos de cada um dos vinte anos de existência do «Acção Socialista».



CONGRESSO DO PS A 15 DE MAIO

O agendamento pela Comissão Nacional do Congresso do PS para 15 de Maio de 1981 e o jantar de homenagem ao camarada Mário Soares promovido pelos militantes socialistas da Carris eram mancha-te na edição de 18 de Dezembro PS.

Na página 3, na coluna de opinião «Discurso Directo», o dirigente histórico do PS Manuel Alegre fazia uma profunda reflexão sobre a essência e a natureza do PS. E perguntava: «Que partido somos ou queremos ser? Um partido socialista, com uma linha de ruptura com o capitalismo e um modelo alternativo de sociedade, ou um partido que, de socialista conserva apenas o nome, o vocabulário e o emblema, com um projecto a meio caminho entre a democracia alemã, a doutrina social da Igreja e o economicismo tecnocrático?».

Destaque ainda para a publicação do comunicado integral do Secretariado Nacional do PS sobre a reeleição de Eanes e os motivos do apoio deste órgão legitimamente eleito em Congresso pelas bases socialistas a Eanes, num contexto marcado pela ameaça que representava o candidato apoiado pela AD.

J. C. C. B.

18 de Dezembro

Quem disse?

«É necessário que todo o partido compreenda, de alto a baixo, que quem tem de comandar o PS são os trabalhadores que nele militam.»

Mário Soares



Manual dos Direitos Humanos chega às escolas do País

O «Manual dos Direitos Humanos» foi apresentado na passada segunda-feira pelo secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins.

A obra, apresentada na Escola Secundária Azevedo Neves, na Damaia, vai ser distribuída por todas as escolas do País, de forma a que os alunos fiquem mais sensibilizados e

familiarizados com uma questão tão importante como os direitos humanos.

O manual visa comemorar os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que, como se sabe, foram adoptados e proclamados pela Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 10 de Dezembro de 1948.

Portugal/Galiza Relações traduzem nova geografia económica

As relações entre o Norte de Portugal e a Galiza mostram que «temos uma nova geografia económica a construir», afirmou, no dia 11, em Santa Maria da Feira, o ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho.

No encerramento do I Encontro Empresarial Norte de Portugal/Galiza, que decorreu no Europarque, o ministro salientou que as relações entre as duas regiões «entraram na esfera decisiva da cooperação empresarial».

«É necessário transformar esta euro-região numa grande base logística, num centro de valor acrescentado como parte de uma das grandes centralidades do futuro», defendeu. O governante salientou igualmente a importân-

cia das mais de 400 reuniões entre empresários que decorreram no âmbito do encontro, promovido pela Associação Industrial Portuguesa e Confederação de Empresários da Galiza, frisando o «empenho do Governo para actuar como facilitador» de futuros encontros. João Cravinho apontou ainda a importância das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias entre Portugal e Espanha, adiantando que no ano 2003 deverão existir cinco auto-estradas a ligar os dois países (das quais duas na região da Galiza), uma nova ponte e comboios com velocidade pendular entre a Corunha e o Porto.

«As acessibilidades permitem encurtar distâncias e aumentar oportunidades», afirmou.

Angola: Jaime Gama preocupado com conflito

O ministro de Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, mostrou-se «preocupado», no dia 15, com a situação em Angola e anunciou que a diplomacia portuguesa está a desenvolver esforços para que o Conselho de Segurança da ONU se reúna para estudar a «evolução do conflito».

Para Jaime Gama, que se encontrava em Madrid, participando na Conferência para a Aplicação dos Acordos de Paz na Bósnia-Herzegovina, «a situação de conflito de baixa intensidade evoluiu para combates fortes no plano local».

O ministro português, que manteve contac-

tos telefónicos com o seu homólogo angolano, Venâncio Moura, disse que as autoridades portuguesas estão em contacto com os países da *troika* comunitária e elementos do Conselho de Segurança no sentido de «apreciar uma eventual abordagem dos acontecimentos pela ONU».

«Portugal deseja sinceramente que os confrontos acabem e que a vida das populações seja poupada e se possa o mais rapidamente retomar um caminho no quadro das Nações Unidas que seja susceptível de contribuir para a paz em Angola», acrescentou o chefe da diplomacia portuguesa.

Parque das Nações Pavilhão do Território com mais de 65 mil visitantes

Mais de 65 mil pessoas visitaram o Pavilhão do Território, no Parque das Nações, desde 16 de Outubro, dia da sua reabertura após o final da Expo'98, informou, no dia 11, a organização.

O pavilhão, que é uma iniciativa do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território (MEPAT), representa o espaço nacional, dando especial atenção à pluralidade regional de Portugal e ao conhecimento de uma visão futura do território nacional.

Do total de visitantes, que dá uma média de 1 200 pessoas por dia, destacam-se os provenientes das escolas de ensino básico e secundário de todo o País, com 5 500 jovens a realizarem visitas guiadas ao Pavilhão do Território.

Outro aspecto destacado pela organização relaciona-se com as mais de 2 600 pessoas que já foram recebidas no espaço dedicado ao território, como resultado do desafio lançado às juntas de freguesia do País para promoverem visitas gratuitas.

«Este facto revela a atenção manifestada pelo público não apenas ao Pavilhão do Território, mas ao conjunto dos pavilhões abertos no Parque das Nações», sublinhou a organização.

O Pavilhão do Território estará aberto até ao dia 31, funcionando entre as 10 e as 19 horas.

As visitas organizadas decorrem entre segunda e sexta-feira, mediante inscrição telefónica prévia.

SAMPAIO LEMBRA TIMOR-LESTE NO ANIVERSÁRIO DOS DIREITOS HUMANOS

A Assembleia da República comemorou quinta-feira passada, com uma sessão solene, os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Numa mensagem enviada ao Parlamento, o Presidente da República lembrou a ausência de liberdades em Timor-Leste, enquanto Almeida Santos apontou o dedo às obsoletas e anacrónicas monarquias hereditárias, colocando-as em colisão com os princípios constantes na Declaração Universal.

A pesar de não ter estado presente na sessão solene de aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, quinta-feira, no Parlamento — por se encontrar em Estocolmo na cerimónia de entrega do Prémio Nobel a José Saramago —, o Presidente da República enviou uma mensagem, lida por Almeida Santos, onde lembra os progressos registados em Portugal desde o 25 de Abril de 1974, assim como a situação em Timor-Leste.

No último parágrafo do seu discurso, o chefe de Estado sustenta que a Declaração Universal dos Direitos do Homem confere aos portugueses «a legitimidade, o suporte e o estímulo e convoca-nos simultaneamente para o dever de, no plano internacional, não permitirmos que a questão de Timor caia no esquecimento e para exigirmos da comunidade internacional uma actuação consentânea à gravidade das violações de direitos que ali vêm sendo sistematicamente perpetradas».

Ainda na sua mensagem que enviou à Assembleia da República, Jorge Sampaio classifica a Declaração Universal dos Direitos do Homem como «o prolongamento



concretizador dos princípios gerais sobre direitos do Homem constantes na carta constitutiva da Organização das Nações Unidas. Mas, ela é, também, o primeiro documento internacional de proclamação e definição específicas dos direitos do homem com uma vocação verdadeiramente universalista», acrescentou. Neste último aspecto, concluiu o Presidente da República, «a Declaração abre decisivamente a via da superação da concepção tradicional de soberania que fazia dos direitos fundamentais um domínio interno absolutamente reservado aos Estados».

Declaração contrária monarquias

O presidente da Assembleia da República, por seu turno, considerou que as monarquias hereditárias colidem com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada há meio século.

«Quando ouço com todo o respeito defender que se arrede o limite material de revisão da Constituição que impõe a natureza

republicana do nosso regime político, lembro-me sempre de que, para que se franqueasse em abstracto o regresso a uma monarquia hereditária, teria de ser simultaneamente revogado o artigo 21.º da Declaração Universal, a qual não contempla nenhuma via para a sua própria revisão. E o sagrado não se revoga», apontou Almeida Santos.

Entre outras referências ao espírito do cristianismo, o presidente da República deixou bem claro que não considera qualquer heresia confundir o nascimento de um Deus com o nascimento de «uma simples tábua de princípios ético-sociais».

«Lembrarei que o princípio desses princípios tem a sua fonte no Sermão da Montanha do mesmo Cristo, e que, talvez por isso, se estão convertendo num depósito de fé que faz deles uma autêntica religião laica». Ou seja, segundo Almeida Santos, «a Declaração Universal que memoramos vem-se convertendo assim no «Novíssimo Testamento» da era moderna. A sua «boa-nova» pode até ser velha, na medida em que recolhe os

contributos de filosofias e religiões que vêm do fundo do tempo». Mas, acrescentou, «a sua glória está em que logrou ver-se mitificada por um grau de acatamento e respeito raras vezes atingido antes».

Condenar fundamentalismos religiosos

Pela bancada do PS, coube a Alberto Martins fazer o discurso na sessão solene. O deputado socialista e presidente da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias lembrou que, dos 185 países membros das Nações Unidas, menos de metade tem eleições livres e respeitam o essencial dos direitos cívicos.

Mesmo assim, segundo Alberto Martins, importa enaltecer «as vitórias retumbantes desde há 50 anos, como a descolonização, o fim do *apartheid*, as mudanças políticas nas nações onde reinava a ordem totalitária e o fim da guerra-fria. A democracia e os direitos humanos tiveram um progresso e evolução significativos ainda que haja um longo caminho a percorrer à escala planetária», sublinhou.

Outro capítulo da intervenção de Alberto Martins foi dedicado à condenação dos fundamentalismos religiosos. «O fundamentalismo islâmico, o fundamentalismo cristão, ou um judaísmo fundamentalista têm a pretensão da verdade absoluta da religião com que se identificam e até a susceptibilidade da sua imposição pela violência. As legitimidades religiosas assim entendidas são incompatíveis com o princípio da igualdade dos que são diferentes, ou aderem a outra religião», observou o deputado, antes de concluir o seguinte: «A legitimidade laica dos direitos do homem, na sua indissociável tolerância e respeito pelo outro, é um referente essencial do humanismo universalista e do princípio da separação das igrejas e do Estado.»

VIENA

Cimeira

EUROPA EXIGE LIBERTAÇÃO DE XANANA

As conclusões do Conselho Europeu de Viena (Áustria), divulgadas sábado, representaram um passo importante na batalha portuguesa pela autodeterminação do povo de Timor-Leste. O documento final foi muito mais longe dos que as tradicionais referências políticas em relação à problemática timorense, reclamando ao regime ditatorial indonésio a redução real e substancial da respectiva presença militar no território.

Além de uma redução da presença militar, os chefes de Estado e de Governo da União Europeia exigiram a libertação imediata de



Xanana Gusmão e de todos os presos políticos. Os «Quinze» também defendem o estabelecimento, de forma permanente, de

uma missão da Organização das Nações Unidas (ONU) em Timor-Leste, tendo em vista, no futuro, a possibilidade da população local realizar uma consulta livre para determinar a sua vontade política.

Já no que respeita à transição da soberania de Macau para a República Popular da China, em Dezembro de 1999, a cimeira de Viena apelou a que este processo se desenrole «no pleno respeito pelo elevado grau de autonomia da futura região Administrativa Especial» chinesa, de modo a assegurar a «conservação da sua identidade social, económica, jurídica e cultural». No final do Conselho Europeu de Viena,

António Guterres manifestou-se «profundamente satisfeito» com os resultados de dois dias de reuniões. Na capital austríaca, não ficou consagrado qualquer posição de princípio que comprometa o futuro afluxo de fundos comunitários a Portugal, no período entre 2000 e 2006. No entanto, o primeiro-ministro admitiu que a negociação da «Agenda 2000» será uma das mais difíceis de sempre, desde que Portugal entrou em 1985 para a Comunidade Económica Europeia.

Na cimeira de Viena, também foi adiada a aplicação da resolução que abolirá os « *duty free shops*» dentro do mercado comunitário.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO – O ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, presidiu, no dia 13, em Paços de Ferreira, à cerimónia de abertura do XLIII Campeonato Europeu de Hóquei em Patins - Seniores.

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA – O secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins, participou, no dia 11, em Lisboa, na conferência «A Agenda 2000 e o seu impacto nas escolas profissionais», que se realizou por iniciativa da Associação Nacional das Escolas Profissionais.

AMBIENTE - As empresas que queiram apoiar associações de defesa do ambiente ou projectos específicos nesta área, aderindo ao mecenato ambiental, vão ter vantagens em termos fiscais.

O anúncio foi feito, no dia 11, em Lisboa, por Elisa Ferreira, que adiantou que os gastos que a empresa fizer nesse apoio são contabilizados e multiplicados por um factor que os eleva de 100 por cento a 120 ou 130 por cento, conforme os casos, para dedução fiscal.

No âmbito desta iniciativa, que faz parte de um decreto-lei sobre mecenato a aprovar até ao final deste mês, o montante de investimento das empresas dedutível em IRC é estabelecido em função do seu volume de negócios, sujeito ao limite de cinco por mil.

Este limite pode, no entanto, ser ultrapassado se a empresa decidir apoiar um projecto específico de uma determinada associação ambiental.

O anúncio foi feito na sessão de abertura do IX Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente, na Casa do Ambiente e do Cidadão, e vem ajudar a resolver o problema do financiamento das organizações não governamentais do ambiente.

CULTURA - O Presidente da República, Jorge Sampaio, e o ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, participaram, no dia 11, no Porto, na homenagem a Manoel de Oliveira, no dia em que o cineasta comemora 90 anos.

A homenagem, que decorreu no Teatro Rivoli com a presença dos mais próximos colaboradores e amigos do realizador, foi organizada pela Cultuurporto e Cinemateca Portuguesa, incluindo a apresentação da maqueta da Casa-Museu Manoel de Oliveira, a inaugurar em 2001, quando a *urbe* portuense for, com Roterdão, Capital Europeia da Cultura.

Depois desta cerimónia, iniciou-se, no Porto e em Lisboa, um ciclo de cinema, que inclui a exibição de 16 dos 31 filmes de Manoel de Oliveira, alguns dos quais em versões inéditas.

Antes da homenagem no Rivoli, Manuel Maria Carrilho participou numa reunião do Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves e visitou as obras do Museu de Arte Moderna desta instituição.

O ministro aproveitou ainda a sua presença na Cidade Invicta para se reunir com o escritor cubano António José Ponte, que se encontra na cidade no âmbito do projecto «Cidades Refúgio» do Parlamento Internacional de Escritores.

EDUCAÇÃO - O ministro da Educação, Marçal Grilo, e as organizações sindicais

de professores assinaram, no dia 11, um acordo que prevê a revisão da carreira docente e da respectiva escala indicária.

Esta revisão será aplicada de forma faseada até Outubro de 2001 e implica uma redução do período de permanência em cada escalão da carreira e a revalorização dos respectivos índices salariais.

De acordo com o documento assinado, o tempo de serviço passa a ser contabilizado integralmente para efeitos de progressão na carreira, com efeitos retroactivos a 1 de Setembro de 1998.

O acordo prevê ainda que o Estatuto da Carreira docente seja revisto a partir de 2003.

EQUIPAMENTO – O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, acompanhado pelo secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto de Carvalho, presidiu, no dia 12, em Vila Nova de Gaia, à celebração de um contrato-programa com a respectiva Câmara Municipal, visando a renovação e requalificação da zona urbana ribeirinha.

HABITAÇÃO - O Governo quer dar um impulso significativo à recuperação do património habitacional degradado, através de um «pacote» legislativo que, segundo a secretária de Estado da Habitação e das Comunicações, pode estar aprovado até Março.

Leonor Coutinho, que no dia 12, abriu, em Fátima, as I Jornadas Nacionais de Habitação da União das Misericórdias Portuguesas, disse que a legislação preparada pelo Executivo prevê, entre outros mecanismos, «a existência de um fundo perdido que garanta a rentabilidade do investimento feito na recuperação» de habitações alugadas ao abrigo de legislação antiga e cujas rendas foram, durante muito tempo, «congeladas».

Por outro lado, vai ser acelerada a concretização dos processos de despejo de inquilinos que não paguem as respectivas rendas, tornando «não suspensivos» da aplicação das sentenças os recursos judiciais para instâncias superiores.

A recuperação dos imóveis degradados é uma «prioridade» do Governo no domínio da habitação, tendo em conta que «em Portugal, apenas 3 por cento da indústria da construção se dedica à conservação e recuperação, enquanto no resto da Europa a média é de 35 por cento».

JUVENTUDE - A promoção e integração social dos jovens é um dos objectivos essenciais da política de juventude do próximo ano, disse, no dia 11, em Tróia, o secretário de Estado da Juventude.

Miguel Fontes falava no I Encontro Nacional do Instituto da Juventude, que decorreu em Tróia e que congregou cerca de 500 funcionários de todas as delegações do Instituto Português da Juventude.

Para Miguel Fontes, o Instituto da Juventude não faz qualquer favor ao apoiar o associativismo juvenil, porque esse é um dos papéis essenciais para que o associativismo faça um trabalho cada vez melhor.

«Queremos um Instituto capaz de fazer menos para poder apoiar mais, porque te-

mos a noção exacta de que o Instituto tem de estar ao serviço dos jovens», sublinhou. A possibilidade de abertura de mais gabinetes de informação sobre sexualidade juvenil é outra das apostas da Secretaria de Estado para 1999.

«Trata-se de um problema que não pode ser esquecido e não podemos estar à espera que os jovens venham ter connosco», disse o secretário de Estado, sublinhando tratar-se de uma questão que deve ser alargada a toda a sociedade civil. Para tal, vai desenvolver-se um programa-piloto em «dois ou três distritos» ainda em estudo, disse o governante.

A rede nacional de informação juvenil é outra das apostas para 1999, bem como a resolução do quadro de pessoal do Instituto Português da Juventude e consequente progressão na carreira.

SAÚDE – A ministra da Saúde, Maria de Belém, esteve presente, no dia 11 – Dia Mundial da Asma -, na escola de Outurela, em Carnaxide, na conferência de Imprensa que decorreu no âmbito do programa

«Respirar Melhor».

Durante a iniciativa foram divulgadas normas de boas práticas para os cuidados de saúde aos asmáticos, e o estudo da melhoria do acesso aos cuidados de saúde para estes doentes.

TRABALHO – O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, inaugurou, no dia 12, em Lisboa, a ExpoSolidariedade. Trata-se de uma mostra que reúne, na FIL, 150 instituições de solidariedade social cooperativas, misericórdias, autarquias e empresas promotoras de iniciativas financiadas em parceria com o Programa Integrar do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Transportes – O secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Rodrigues, participou, no dia 11, em Lisboa, no encerramento de uma sessão sobre o euro e os transportes.

Durante este encontro foi apresentado um estudo sobre as implicações da moeda única na actividade transportadora.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 10 de Dezembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Conceder especial destaque à comemoração do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, saudando este importante marco histórico na vida da humanidade;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei n.º 275/93, de 5 de Agosto, que aprova o regime jurídico da habitação periódica e transpõe para a ordem jurídica interna a directiva 94/47/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Outubro de 1994, relativa à protecção dos adquirentes quanto a certos aspectos dos contratos de aquisição de um direito de utilização a tempo parcial de bens imóveis;
- Um decreto-lei que regula o turismo de natureza e decreto regulamentar que regula os requisitos mínimos das instalações e o funcionamento das casas de natureza;
- Uma resolução que atribui o nome de José Saramago à Ponte Internacional sobre o Rio Caia, visando assim inscrever na memória colectiva do Povo Português e dos Povos de Espanha, a atribuição do Prémio Nobel da Literatura a este escritor;
- Uma resolução que aprova a decisão do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento de 5 de Junho de 1998, no que se refere ao aumento do capital do banco;
- Uma proposta de lei que aumenta de três para quatro anos a duração máxima do mandato dos titulares de corpos gerentes de associações sindicais;
- Um decreto-lei que regulamenta algumas disposições do regulamento (CE) n.º 3295/94 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1994 e qualifica como crime, punível nos termos do artigo 23º do decreto-lei n.º 28/84, de 24 de Janeiro, todo o acto praticado em violação do disposto no artigo 2º desse regulamento;
- Um decreto-lei que altera a base de cálculo da Taxa Base Anual;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei n.º 224/86, de 12 de Agosto, que extinguiu a Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau - CRCB, e cria condições que possibilitem o prosseguimento e conclusão do seu processo de liquidação em 31 de Dezembro de 1998;
- Um decreto-lei que regula a constituição e o funcionamento dos fundos de capital de risco;
- Um decreto que declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o Centro Histórico da Cidade de Portalegre, no município de Portalegre;
- Um decreto que declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o Centro Histórico de Arraiolos;
- Um resolução que ratifica o Plano de Urbanização da Vila de Mesão Frio;
- Um resolução que procede à fixação da remuneração mensal do cargo de Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, quando o exercício de funções não ocorra em exclusividade;
- Uma resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Município de Vila Franca de Xira;
- Uma resolução que ratifica a alteração ao regulamento do Plano Director Municipal da Marinha Grande;
- Um decreto-lei que altera o artigo 41º do decreto-lei n.º 292/98, de 18 de Setembro, que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral do Turismo;
- Um resolução que estipula as indemnizações a atribuir à viúva e filha de António David Miranda Mourão;
- Um decreto-lei que altera o artigo 4º do decreto-lei n.º 232/82 de 17 de Junho, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º 272/94 de 28 de Outubro e pelo decreto-lei n.º 380/98 de 27 de Novembro, no sentido de resolver dúvidas que têm perturbado o funcionamento e a realização de certos actos notariais.

TURISMO SEGURO

O Executivo socialista decidiu, no dia 10, alterar o regime jurídico da habitação periódica, transpondo para a ordem jurídica interna a directiva do Parlamento e do Conselho europeus, relativa à protecção dos adquirentes quanto a certos aspectos dos contratos de aquisição de um direito de utilização a tempo parcial (*time-sharing*) de bens imóveis.

O decreto-lei, aprovado na passada reunião de Conselho de Ministros, conforma o direito nacional com o direito europeu em matérias relativas à informação contratual, ao conteúdo do contrato, à língua utilizada e, quando for caso disso, à tradução do contrato, ao exercício do direito de resolução do consumidor e à proibição de efectuar pagamentos antes de decorrido o período de exercício do direito de resolução.

Vem compatibilizar, por outro lado, o regime do decreto-lei de Agosto de 1993 com o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovado em Julho de 1997 e com os seus regulamentos uma vez que, quer os direitos reais de habitação periódica, quer os direitos de habitação turística apenas podem constituir-se em determinados grupos e categorias de empreendimentos turísticos, ficando o acesso a este tipo de actividade dependente de autorização da Direcção-Geral do Turismo.

Por último, e face às evoluções registadas no mercado - com a consolidação da utili-



zação de determinados contratos referentes a cartões e clubes de férias - procura-se, através da adaptação dos requisitos actualmente existentes, garantir a submissão dessas realidades ao regime aplicável aos direitos de habitação turística.

O regime instituído por este diploma inclui três inovações. A primeira prende-se com a instituição de um período de reflexão de dez dias, durante o qual não só não é permitido qualquer tipo de pagamento de sinal ou de outra quantia por parte dos consumidores, como lhes será possível proceder à resolução, sem nenhum encargo, de contrato ou contrato-promessa relativo a *time-share* ou a direitos de habitação turística, que eventualmente tenham assinado.

A instituição de novos deveres de informa-

ção pré-contratual e contratual a assumir pelos operadores destes segmentos da actividade turística é a segunda novidade do regime. A este nível, é criada a figura do documento informativo a entregar, gratuitamente, a qualquer pessoa que o solicite, o qual conterá obrigatoriamente um conjunto pormenorizado de informações sobre quem vende, o que vende, e em que condições se propõe vender. Prevê-se ainda a junção de um documento complementar, parte integrante do próprio contrato, contendo outras informações consideradas necessárias para o perfeito esclarecimento dos consumidores.

A terceira e última inovação está presente na sujeição dos chamados cartões e clubes de férias, bem como de outros direitos

de habitação turística - alguns dos quais não sujeitos, até agora, a enquadramento legal adequado - a novas e rigorosas regras de comercialização, evitando-se, deste modo, muitos dos prejuízos a que os consumidores destes produtos têm estado sujeitos.

Mão dura contra infracções

O diploma institui, simultaneamente, um conjunto de coimas que se poderão elevar até 20 mil contos por infracção, nomeadamente nos casos de:

- Comercialização de direito real de habitação periódica não validamente constituído;
- Não prestação das cauções que garantam, ao adquirente, o início do gozo do seu direito na data contratualmente prevista ou a devolução da totalidade das quantias entregues pelo adquirente, no caso do empreendimento turístico não abrir ao público;
- Não devolução atempada das quantias entregues pelo adquirente ou promitente-adquirente de direitos reais de habitação periódica ou de direitos de habitação turística, em caso do exercício do direito de resolução dos respectivos contratos;
- Realização de publicidade ou promoção do direito real de habitação periódica ou de direito de habitação turística, enquanto o projecto em causa não estiver autorizado pela Direcção-Geral do Turismo, ou que apresentem tais direitos como uma forma de investimento financeiro.

REQUISITOS MÍNIMOS PARA CASAS DE NATUREZA

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 10, em Lisboa, um decreto-lei que regula o turismo de natureza e um decreto regulamentar que regula os requisitos mínimos das instalações e o funcionamento das casas de natureza.

O diploma relativo ao turismo da natureza aborda um produto turístico composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, produto esse que, sendo relativamente recente no nosso país, carecia de definição e enquadramento de natureza jurídica.

O Turismo de Natureza desenvolve-se segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação ambiental - agora devidamente reguladas por um decreto regulamentar específico para este sector - que permitem contemplar e desfrutar o património natural, arquitectónico paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um pro-



duto turístico integrado e diversificado.

Estes dois diplomas aprovados pelo Governo visam dinamizar uma vertente da actividade turística ainda incipiente em Portugal - as Áreas Protegidas (AP) - possibilitando assim um maior conhecimento destas zonas e suas potencialidades diversificadas, ao mesmo tempo que cria, através de no-

vos fluxos turísticos, condições concretas para a manutenção das AP através de um desenvolvimento sustentável e equilibrado. Os diplomas enquadram e definem os requisitos indispensáveis a que devem obedecer os serviços de hospedagem a fornecer nestas zonas - as casas e empreendimentos de turismo no espaço rural; e as

casas da natureza, nas modalidades de casas-abrigo, centros de acolhimento e casas-retiro - bem como as actividades de animação ambiental compatíveis com este tipo de turismo.

Pretende-se, assim, desenvolver uma modalidade de turismo compatível com as áreas exclusivas a que vai estar ligado, por forma a preservar, recuperar e valorizar o património arquitectónico, histórico, ambiental e paisagístico das respectivas regiões, designadamente através do aproveitamento e manutenção de casas ou construções tradicionais.

Estes decretos vêm concretizar anteriores decisões do Conselho de Ministros, nomeadamente a resolução n.º 60/97, de 10 de Abril (estabelecimento de orientações estratégicas para o sector do turismo, articulando e promovendo as várias políticas sectoriais que suportam o desenvolvimento turístico integrado) e a resolução n.º 102/96, de 8 de Julho (estabelecimento de medidas concretas para o desenvolvimento sustentável das Áreas Protegidas).

DEPUTADO ALBERTO MARTINS

Direitos do Homem

A BÚSSOLA DA DEMOCRACIA



O deputado socialista Alberto Martins definiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, na sessão parlamentar comemorativa dos 50 anos da consagração da mesma, como «uma bússola e uma bandeira: ponto cardinal da democracia, símbolo da humanidade».

«Porque o respeito pelos direitos humanos implicam a democracia e a paz, para nós, portugueses, a Declaração Universal dos Direitos do Homem foi um farol, ora ao longe ou perto, por entre a ditadura e a guerra mas sempre a luz intermitente que não abandonava a esperança», afirmou o parlamentar socialista no dia 10.

Segundo Alberto Martins, a efeméride que se comemorava na passada quinta-feira assinala o dia em que foi lançado «um grito de dignidade na afirmação, pela primeira vez na história, de um sistema de valores universal».

Apesar de toda a carga positiva que a consagração internacional de um documento compilatório dos valores fundamentais respeitantes à pessoa humana possa ter trazido para a vida dos Estados e dos seus respectivos governos, o parlamentar do PS constatou, na sua intervenção, que «o processo de universalização dos direitos humanos tem sido mais lento do que a globalização da economia, e está ainda em construção».

«A sua concretização não remete para um modelo único, independente de diversidades culturais, mas exige sim uma expressão identificada com os princípios fundadores comuns», referiu.

Alberto Martins fez questão de frisar «se é certo que, por um lado, hoje à escala planetária, dos 185 Estados-membros da ONU menos de metade têm eleições livres e respeitam o essencial dos direitos civis, não podemos, por outro lado, deixar de salientar o enorme caminho percorrido e enaltecere as vitórias retumbantes desde

há 50 anos».

«Mas nos dias de hoje importa, ainda, não esquecer o carácter laico dos direitos humanos e perceber o risco que implica o fundamentalismo religioso», disse.

Para o deputado socialista, o fundamentalismo islâmico ou cristão, bem como o judaísmo fundamentalista têm a pretensão da verdade absoluta da religião com que se identificam, e até a susceptibilidade da sua imposição pela violência.

Por isto, «a legitimação laica dos direitos do homem, na sua indissociável tolerância e respeito pelo outro, é um referente essencial do humanismo universalista e do princípio da separação das igrejas e do Estado», explicou.

Alberto Martins aproveitou a efeméride do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem para reafirmar que «é o direito à igualdade de cada ser humano que consagra a humanidade do Homem», e para lançar o alerta segundo o qual «o integrismo do mercado à escala mundial – que tem conduzido à abolição das decisões colectivas e à imposição da supremacia dos valores do mercado sobre os valores políticos e sociais – gerou, na maximização do lucro, a indiferença face a questões morais e éticas».

«A luta pelos direitos humanos é uma luta pela justiça, a qual se cumpre na vida quotidiana dos cidadãos, nas suas partilhas, arbitragens, conflitos, mas também nas instâncias judiciais, de garantia judiciária, onde o acesso ao direito e a realização da justiça são valores que justifiquem a própria justiça», afirmou.

Ao terminar o seu discurso, Alberto Martins apelou a uma melhor gestão dos recursos da sociedade de informação e da comunicação.

«O justo equilíbrio entre o desenvolvimento das novas tecnologias e o bem comum tem que ser encontrado numa criteriosa definição entre o que é público e privado, entre o mercado e o interesse geral, o local e o universal», concluiu.

M.J.R.



DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA

Finanças Públicas

ORÇAMENTO DE ESTADO É EQUILIBRADO E PROGRESSISTA



O deputado socialista Joel Hasse Ferreira considerou no dia 10 «equilibrado e progressista» o Orçamento de Estado (OE) para 1999.

Numa intervenção na Assembleia da República, o parlamentar do PS sublinhou que o OE é bem um exemplo da «política de desenvolvimento económico, de equilíbrio financeiro, de solidariedade social e de equidade fiscal».

Segundo Joel Hasse Ferreira, «a sua discussão parlamentar, mediática e na opinião pública revelou bem a capacidade de diálogo do Governo e do Grupos Parlamentar do PS».

Lembrou, a propósito, que o Orçamento de 99 recebeu na Assembleia da República «centenas de propostas», das quais a maioria de votos parlamentares aceitou um número significativo».

Cumprido-se, frisou, em Comissão de Economia e no plenário da AR um «objectivo essencial» do Governo e do PS que este Orçamento, na sua versão original, pretendia alcançar, ou seja, «garantir a continuidade da política de desenvolvimento económico e de solidariedade social, com equilíbrio financeiro e no respeito pelos compromissos europeus, nomeadamente pelos que correspondem à concretização da entrada no euro, a moda europeia».

Cassandras e eurocríticos

«Era um caminho difícil em que muitos não acreditavam. As Cassandras do centro-direita diziam que era impossível. Os eurocríticos diziam que o caminho não era aconselhável», lembrou, acrescentando que «o que é certo é que, nesta Assembleia e no País, o número de adeptos da União Europeia e de partidários do euro tem aumentado paulatina mas seguramente».

Joel Hasse Ferreira referiu que neste contexto de «evolução económica muito positiva, uma das mais conseguidas da Europa, houve espaço para em coerência com um programa fiscal progressista, melhorar gradual e globalmente a situação dos contribuintes».

Maior equidade fiscal

«Ao laxismo que herdámos, vamos contrapondo uma cada vez maior eficácia e operacionalidade na área fiscal. As situações de iniquidade que recebemos, vão sendo corrigidas e ultrapassadas com grande sentido de justiça», disse.

Segundo sublinhou ainda Joel Hasse Ferreira, «este é um Orçamento que visa concluir a primeira fase de um ciclo de quatro anos de forte e ininterrupto desenvolvimento, de equilíbrio financeiro, de claríssima e eficaz solidariedade social, de maior equidade e eficácia fiscal».

«Que podemos querer mais?», perguntou.

J. C. CASTELO BRANCO

PROJECTO DO PS

Touros de morte

SALVAGUARDAR A TRADIÇÃO LOCAL E ANCESTRAL

Adoptar como princípio geral a proibição dos touros de morte em Portugal, mas salvaguardar, num quadro legal de excepção, as lides com touros de morte praticadas segundo a tradição local, com carácter anual, ancestral e contínuo, é o objectivo central de um projecto de lei do PS.

Na exposição de motivos do diploma, faz-se um breve historial da legislação sobre as touradas com touros de morte, desde o século 19 em que as touradas foram proibidas, por se considerar, na época, ser um divertimento «bárbaro e impróprio das nações civilizadas».

O diploma, com data de 19 de Setembro de 1836 foi revogado em 30 de Junho de 1837, em virtude do seu incumprimento resultar na realização de touradas com touros de morte.

Em 1921, na I República, é publicada uma portaria onde se proíbe expressamente as touradas com touros de morte.

O resultado foi inglório e já em pleno Estado Novo, em 1928, surge um diploma

sancionatório que, tal como os anteriores, não assusta os prevaricadores que, impunemente, decidem provocar a morte do touro na arena, até aos dias de hoje. Neste contexto, actualmente, em 1998, e à luz dos actuais e pontuais acontecimentos, o projecto de lei do PS refere que «urge clarificar e actualizar um diploma que, embora elaborado em 1928, tem a sua génese em 1836».

Na exposição de motivos do diploma refere-se ainda que, de acordo com um protocolo anexo ao Tratado de Amesterdão, é perfeitamente defensável a adopção de um quadro legislativo «respeitador do direito internacional e europeu em matéria de protecção dos direitos dos animais, sem, contudo, repudiar e proibir de forma taxativa as tradições anuais de

Carácter secular e contínuo que, com o decurso do tempo, e por serem prática reiterada aceite pela população, se converteram em costume».

J. C. CASTELO BRANCO

SÓ OS FRACOS TEMEM PARTILHAR IDEIAS

O Orçamento do Estado para 1999 foi aprovado sexta-feira, em votação final global, com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD e os votos contra do PCP e do PP. Momentos antes de se proceder à votação, o ministro das Finanças usou da palavra para elogiar as alterações introduzidas pelo Parlamento na proposta do Governo. «Só os fracos temem partilhar ideias», afirmou.

Sousa Franco abriu o seu discurso com rasgados elogios à qualidade da Democracia portuguesa, evidenciada na forma como analisou e debateu o Orçamento de Estado para 1999. Não hesitou mesmo em dizer que, parte do produto final da proposta orçamental, «representa um trabalho» da Assembleia da República, o que constituiu «uma grande lição de democracia». Saliou, contudo, que, apesar de se tratar de um «Orçamento de partilha», o Governo de António Guterres «não abdicou de nenhuma ideia que considerava fundamental. Estamos perante um Orçamento do Estado e do povo português», concluiu o titular da pasta das Finanças, antes de vincar que «só os fracos temem as ideias dos outros, porque os fortes enriquecem-se com os contributos de terceiros». Sousa Franco definiu também o documento do Executivo como «um Orçamento da estabilidade, confirmando que a economia portuguesa está de boa saúde». Por um lado, explicou, garante que Portugal irá cumprir os seus compromissos internaci-

onais, designadamente ao nível da moeda única. E, por outro lado, conserva a trajectória de rigor financeiro e de atribuição de prioridade aos investimentos de natureza social.

Referindo-se ao período vivido no país, desde que António Guterres assumiu o cargo de primeiro-ministro, Sousa Franco classificou os três últimos anos como «anos de ouro, os melhores da década de 90». Sustentou depois a sua afirmação referindo-se à descida do défice, da inflação, da dívida pública, da taxa de desemprego e das taxas de juro, ao mesmo tempo que a economia real portuguesa cresceu a um ritmo superior ao da União Europeia.

A finalizar, Sousa Franco respondeu a algumas acusações antes lançadas pela deputada do PSD Manuela Ferreira Leite. Negou então a existência de qualquer défice oculto na proposta do Governo. «Não há nenhum défice oculto. Não há nenhum fantasma no castelo. Todos os parceiros da União Europeia confirmam os nossos números», afirmou.

Pela bancada do PS, Joel Hasse Ferreira estranhou a dureza das críticas do PP ao Orçamento de Estado de 1999, porque, durante o debate, apesar de terem prometido dizer muito, os deputados de Paulo Portas estiveram quase sempre em silêncio.

Já em relação ao PSD e ao discurso violento proferido por Manuela Ferreira Leite, o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS disse que, em coerência, palavras tão negativas, deveriam reflectir-se na reprovação do documento. No entanto, lembrou, tal «constituía uma desautorização grave» ao presidente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa.

EMPRESAS COM BENEFÍCIOS

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) fez aprovar, no dia 10, na Assembleia da República, uma proposta que visa autorizar o Governo a criar durante os próximos três anos um regime de crédito fiscal ao investimento das empresas na luta pela protecção ambiental.

De acordo com a proposta aprovada quinta-feira, as empresas, existentes em 31 de Dezembro do corrente ano, que desenvolvam actividades consideradas poluentes, quer no domínio dos efluentes, quer da poluição atmosférica, quer ainda dos resíduos sólidos, passarão, então, a poder deduzir à colecta do IRC uma importância correspondente a 8 por cento, até ao limite de 10 mil contos, do investimento aplicado a favor da despoluição. Tal benefício fiscal é, no entanto, limitado pelos Socialistas, uma vez que só poderá ser atribuído em relação à parte da quantia aplicada que não tenha sido objecto de

comparticipação financeira do Estado a fundo perdido.

Em matéria de ambiente e ecologia, as propostas do PS e as alterações aos benefícios fiscais não se ficaram por aqui. A bancada socialista fez ainda aprovar uma proposta de atribuição de benefícios no pagamento do IRS para quem adquirisse equipamento para utilização de energias renováveis, como por exemplo painéis solares.

No que toca ao Imposto Automóvel (IA), a mesma preocupação ambiental esteve patente entre os deputados presentes no hemiciclo de São Bento para votar na especialidade e na globalidade o Orçamento de Estado para o próximo ano.

Assim, o Executivo ficou autorizado a reduzir para 15 por cento o IA dos automóveis que usem exclusivamente combustíveis de Gases de Petróleo Liquefeito (GPL) ou outras energias renováveis.

NOVA COMISSÃO DE ÉTICA

O Parlamento aprovou, no dia 11, a constituição de uma nova Comissão de Ética, acabando com um conflito de competências de três anos entre comissões parlamentares que deixou sem fiscalização os mandatos de um terço dos actuais deputados.

Os projectos de lei e de resolução que foram discutidos e votados em plenário partiram de Almeida Santos e mereceram a adesão do PS, PSD e do PP. Apenas o PCP manifestou desde o início deste processo reservas em relação à actuação do presidente da Assembleia da República (AR) neste domínio, bem como às alterações a introduzir na nova orgânica da Comissão de Ética.

Para resolver o conflito de competências entre as comissões de Assuntos Constitucionais e de Ética, que motivou a suspensão de funções desta última nos dois últimos anos, o presidente da Assembleia da República, em linhas gerais, propôs a constituição de apenas um grupo de trabalho para a fiscalização dos mandatos dos deputados.

A fiscalização dos mandatos (impedimentos, incapacidades, incompatibilidades) dos deputados continuará a pertencer à Comissão Parlamentar de Ética, que, no entanto, passará a ter uma representação proporcional.

Pela lei de 1995, recorde-se, a Comis-

são de Ética era constituída por um representante de cada bancada (portanto, não proporcional), sendo o presidente escolhido entre um deles.

No texto do projecto de resolução de Almeida Santos, fica ainda claro que a declaração de perda do mandato do deputado é decretado pelo plenário do Parlamento, havendo lugar a recurso para o Tribunal Constitucional.

Ainda em matéria de clarificação de competências entre as comissões de Assuntos Constitucionais e de Ética, o diploma elaborado pelo presidente da AR atribui a esta última o papel de instaurar processos e de emitir pareceres, nunca se usando o termo decisão.

À Comissão de Assuntos Constitucionais, por outro lado, caberá a apreciação de questões respeitantes ao regime, sugerir ao Parlamento modificações deste e, igualmente, dar parecer, a pedido do presidente da Assembleia, sobre «conflitos de competências entre comissões».

A nova Comissão Parlamentar de Ética, com uma composição proporcional, terá como funções a verificação dos casos de incompatibilidade, incapacidade e impedimento dos deputados e, «em caso de violação da lei ou do Regimento, instruir os correspondentes processos e emitir o respectivo parecer».

O TRIUNFO DA RAZÃO

O presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, colocou, no dia 10, as monarquias hereditárias em frontal colisão com o articulado da Declaração dos Direitos do Homem e não hesitou em referir que o «triunfo» e o «florescimento da razão» substituiu «a voz de deus».

Num discurso que se destacou pela exploração de temas não abordados por outros oradores na sessão comemorativa dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o presidente do Parlamento fez uma alusão crítica aos defensores da eliminação do limite material da Constituição que impõe a natureza republicana do Estado Português. Respondendo a estas correntes de opinião favoráveis ao regresso de uma monarquia hereditária, apontou então o artigo 21º da Declaração Universal, «o qual não contempla nenhuma via para a sua própria revisão. E o sagrado não se revoga», comentou Almeida Santos.

Mas também as religiões, em paralelo

com a vigência dos Direitos do Homem, seriam alvo da análise por parte do presidente da Assembleia da República.

O triunfo dos Direitos Humanos, na perspectiva de Almeida Santos, «foi como se, em pleno florescimento da razão, tivessem substituído a voz de deus».

Mas mais, ainda segundo o também presidente do PS, a Assembleia da República comemorou, na passada quinta-feira «O Natal dos Direitos Humanos».

«E quem me opuser que é heresia confundir o nascimento de um deus (ou da referência máxima de uma religião) com o nascimento de uma simples tábuca de princípios ético-sociais, lembrarei que o princípio desses princípios tem a sua fonte no «Sermão da Montanha» do mesmo Cristo e que, talvez por isso, se estão convertendo num depósito de fé que faz deles uma autêntica religião laica». Apesar de polémico, o discurso de Almeida Santos acabou por ser aplaudido por todas as bancadas parlamentares.

RELATÓRIO BARROS MOURA SOBRE DIREITOS HUMANOS

«A Situação dos Direitos do Homem no Mundo - 1997-98» é o título de um relatório do eurodeputado socialista Barros Moura, que esteve ontem, dia 17, em discussão em Estrasburgo.

Sob o pano de fundo de se estar actualmente a comemorar o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o 10º aniversário do Prémio Sakharov, o relatório de Barros Moura faz um extenso levantamento das situações clássicas de violação dos Direitos Humanos, alerta para os novos fenómenos, como a globalização, susceptível de provocar casos de miséria social e de limitar o exercício da democracia, e apresenta algumas propostas inovadoras para que na União Europeia e no mundo se dê mais atenção aos milhares de seres humanos que actualmente são vítimas de violência física, psicológica e social.

Uma das ideias-chave do relatório de Barros Moura considera que a União Europeia tem os instrumentos jurídicos e institucionais capazes de, havendo vontade política, fazer da defesa dos Direitos Humanos um elemento base da identidade política europeia.

A outra ideia consubstancia-se num apelo à EU para que seja coerente na defesa dos Direitos Humanos, não só defendendo-os no seu território, mas também evitando que nas suas acções externas existam elementos que possam pôr em causa o seu respeito.



Destaque ainda no relatório apresentado por Barros Moura, e que mereceu rasgados elogios, para a defesa de uma ratificação rápida do Estatuto do Tribunal Penal Internacional e o apelo aos países para não recorrerem à cláusula que lhes permite ficarem de fora durante um período de sete anos e a análise dos direitos das minorias e da sua relação com os conflitos violentos, com uma referência ao caso de Timor-Leste.

Os direitos das crianças são igualmente defendidos, sobretudo alertando para as situações de trabalho infantil, exploração sexual e sua utilização como soldados.

O relatório do eurodeputado socialista introduz uma inovação ao apelar aos sectores público e privado para se envolverem no respeito pelos Direitos Humanos através de um «código de conduta» em matéria de trabalho infantil, trabalhos forçados e liberdade de associação de trabalhadores.

COOPERAÇÃO COM PAÍSES ACP

A boa governação e a boa gestão dos assuntos públicos nos Estados em vias de desenvolvimento, bem como a abolição da pena de morte, devem constituir «elementos essenciais» para a realização de acordos de cooperação entre a União Europeia e os países de África, caralbas e Pacífico, defende o eurodeputado socialista Torres Couto, num relatório que deverá ser objecto de discussão, hoje, dia 17, na sessão plenária de Estrasburgo. O documento refere que «os laços existen-

tes entre a promoção dos Direitos do Homem, os valores democráticos, o Estado de Direito e a boa governação são evidentes, convido a salientar, por outro lado, que a UE faz da luta contra a corrupção, tanto a nível interno como externo, uma prioridade da sua acção».

Segundo o relatório, «a organização da sociedade civil e a emergência de novos intervenientes é uma das condições indispensáveis para o sucesso de uma boa governação».

PRÉMIO SAKHAROV

O Prémio Sakharov para a liberdade de pensamento foi atribuído ontem, dia 16, ao escritor e militante da causa do Kosovo, Ibrahim Rugova.

Para a cerimónia de entrega deste impor-

tante galardão que tem o nome do famoso dissidente soviético que tantas dores de cabeça deu à nomenclatura de Moscovo, foram convidados todos os anteriores vencedores deste prémio.

PE E CONSELHO CHEGARAM A ACORDO SOBRE O ORÇAMENTO

O Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a acordo sobre o orçamento para 1999, que será fundamental para a definição das perspectivas financeiras da União para 2000-2007, aceitando a existência de

«elementos de flexibilidade», mas retirando a reserva estratégica de cerca de 5 000 milhares de euros para autorizações e para pagamentos introduzida na primeira leitura do orçamento.

FUTURO DAS PENSÕES DE REFORMA VAI SER ACAUTELADO

«Portugal vai acautelar o futuro das pensões de reforma dos emigrantes portugueses em França», disse, em Paris, Ribeiro Mendes, secretário de Estado da Segurança Social.

No quadro do Fórum organizado em Paris, pela Associação Cabo Magalhães (Cap Magellan), o membro do Governo português participou num debate subordinado ao tema «A Segurança Social e o Sistema de Reformas».

Foi numa sala cheia de portugueses de meia idade, que Ribeiro Mendes abordou uma questão candente para a primeira geração de emigrantes.

Nos próximos anos são algumas centenas de milhares de portugueses que vão estar confrontados com o problema das reformas.

Muitos deles não têm, em França, o número de anos necessários de descontos (40 anos) para obterem a reforma completa, e em Portugal, a maior parte das vezes não descon-taram para a Segurança Social.

Encontram-se com a reforma mínima, ou seja



com um «complemento velhice» que lhes é retirado caso regressem definitivamente a Portugal, ficando com uma pensão de reforma de um montante irrisório.

Ribeiro Mendes afirmou aos jornalistas estar consciente da situação e que «durante o debate esse problema foi colocado com muita

veemência por muitos dos presentes».

«O compromisso que tomei é de me empenhar no estudo da solução justa para este problema», disse e não excluiu a hipótese de abrir um período retroactivo de contribuição relativamente a períodos de trabalho em Portugal, que não deram origem a descontos

para a Segurança Social.

«É uma possibilidade que pode ser encarada, desde que tenhamos a certeza que não vai dar origem a abusos, tal como sucedeu anteriormente», acrescentou Ribeiro Mendes.

O secretário de Estado reconheceu que «a articulação entre os dois sistemas (França e de Portugal) é ainda complicada e burocratizada, complicando ainda mais o facto das regras estarem a ser alteradas nos dois países».

«O que nós procuramos é estar atentos, trazer mais informação sobre as opções que estamos a fazer em Portugal, e, ao mesmo tempo, ter mais informação sobre os problemas que as pessoas nos apresentam», disse o responsável da pasta da Segurança Social.

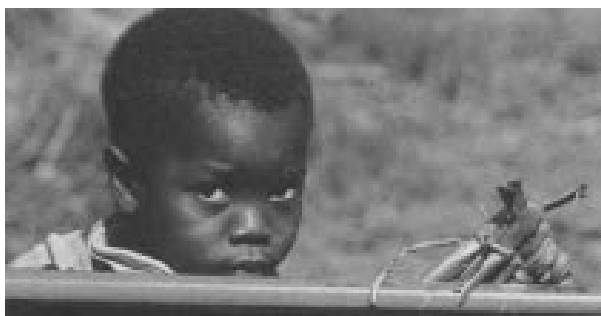
«O papel das associações portuguesas em França, no capítulo da informação é importante, o Governo português e a administração da Segurança Social darão quanto possível as respostas necessárias», frisou Ribeiro Mendes.

UM SEXTO DA HUMANIDADE É ANALFABETA FUNCIONAL

Bastariam apenas 7 mil milhões de dólares por ano para conseguir uma educação universal: um valor inferior ao despendido anualmente pelos norte-americanos em cosméticos

Nos países em desenvolvimento, 130 milhões de crianças com menos de 12 anos não vão à escola, o que representa uma em cada cinco crianças, indica o relatório da UNICEF de 1999 publicado recentemente.

No Sul da Ásia, apenas 68 por cento das crianças são escolarizadas e na África subsariana essa taxa é de 57 por cento. Em contrapartida, as taxas de escolarização primária atingiram os 98 por cento nos países industrializados, 96 por cento no Leste da Ásia e no Pacífico, 94 por cento na Europa de leste, 92 por cento na América Latina e 81 por cento no Próximo Oriente e no Norte de África. Por outro lado, 150 milhões de outras crianças realizaram até agora uma escolarização insuficiente para a aquisição de um saber elementar: apenas 67 por cento das crianças da África sub-sariana terminam o quarto ano da primária, 59 por cento no Sul da Ásia e 74 por cento na América latina (contra 90 a 99 por cento nas outras regiões do mundo). Estas taxas de abandono escolar vêm engrossar as fileiras dos 855 milhões de pessoas (1/6 da humanidade) consideradas



analfabetas funcionais.

A UNICEF convida todos os Estados a concentrar-se particularmente na educação das meninas: cerca de duas em cada três crianças não escolarizadas (73 milhões em 130 milhões) são do sexo feminino.

Nos países em desenvolvimento, elas constituem a maioria das crianças obrigadas a assegurar a subsistência quotidiana (afazeres domésticos, refeições...) em casa.

Mas, para além desse trabalho «invisível», o mundo conta 250 milhões de crianças economicamente activas, metade das quais tempo inteiro.

Tal situação vai impedir que estas crianças, quando adultas, possam realizar um trabalho qualificado e, dessa forma, de porvir correctamente às suas necessidades e dos seus.

Neste sentido, a educação é a chave do

desenvolvimento: quanto mais instruída uma mulher é, menos crianças tem e mais autónoma é a sua família.

Educação é chave do desenvolvimento

A educação beneficiou contudo de décadas de progresso. O Zimbabué, por exemplo, triplicou o número de professores primários em dez anos.

Mas a UNICEF alarma-se com os recentes retrocessos. Em África, a educação é vítima do rigor financeiro (a Tanzânia gasta seis vezes mais no pagamento da sua dívida que na educação).

Na Ásia, a crise social de 1998 impedirá milhares de crianças de voltar à escola. No leste, a escola, que passou a ser paga, já não está ao alcance dos mais pobres, pelo

que 32 000 centros pré-escolares fecharam as suas portas entre 1991 e 1995.

A educação continua ainda a ser o parente pobre dos orçamentos públicos: 2 por cento do orçamento central na Índia, 3 por cento no Brasil, 7 por cento no Líbano.

O nível dos 15 por cento apenas foi ultrapassado em alguns países (Filipinas, Singapura, Tailândia...).

O relatório lamenta também a fraca qualidade da educação: escolas sobrelotadas (67 alunos por turma no Bangladesh, 90 na Guiné) e desprovidas de material básico, professores mal pagos (em África, o seu salário é muitas vezes inferior ao limiar de pobreza) ou mal formados (no Togo, 1/3 dos professores apenas tem a primária).

Bastariam apenas mais 7 mil milhões de dólares por ano para conseguir uma educação universal: um valor inferior ao despendido anualmente pelos norte-americanos em cosméticos.

Por outro lado, a escola deve transformar-se num local de aprendizagem atractivo (onde, por exemplo, se dispensam determinados cuidados) e estar ao alcance de todos, sendo totalmente gratuita.

Ela deve ainda atingir regiões afastadas (milhões de crianças fazem quilómetros a pé, todos os dias), as crianças obrigadas a trabalhar (horários adaptados) e as minorias étnicas (línguas locais).

Existem experiências inovadoras em todo o mundo, que poderiam ser desenvolvidas através de parcerias (ONG, organismos comunitários, empresas...), ainda que, para a UNICEF, o Estado continue a ser um actor-chave.

TESTES DE LITERACIA PARA REINGRESSO

A criação da Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos, em 1999, pretende estabelecer uma nova etapa na educação de adultos, revelou, no dia 12, em Faro, a secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente. Falando no final de um seminário internacional sobre educação de adultos, a governante considerou «incipiente e atrasada» a actual política para esta área, mas sublinhou que o próximo ano poderá trazer mudanças significativas, quando a nova agência for criada, em Março ou Abril, associada a uma campanha de promoção e de incentivos.

Na futura política do sector, será prioritária a articulação de recursos entre a área escolar e a formação profissional. «de forma a que um adulto em formação possa em

simultâneo fazer a sua escolaridade», adiantou a secretária de Estado.

O nascimento da agência (que substituirá o actual Grupo de Missão, criado pelo Governo em Julho passado) «trará consigo uma nova política, de certificação de competências», que possibilitará aos adultos candidatos à escola um reingresso tendo em conta a sua experiência entretanto adquirida.

«Hoje em dia, uma pessoa que tenha deixado de estudar na quarta classe tem que lá voltar, o que é uma aberração, porque esse adulto pode ter tido experiências formativas extraordinárias na sua vida activa», sublinhou Ana Benavente, que admitiu a futura realização de «testes de literacia» para determinar qual o nível a que um candidato ao reingresso deve ser readmitido no sistema escolar.

Inversamente, considerou «preocupante» a

iliteracia existente entre jovens que abandonam os estudos em níveis mais elevados, para concluir que «há um problema global com a qualidade da aprendizagem».

O aprofundamento da aliança entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social foi particularmente destacada pela responsável governamental, que salientou como «o pior que nos pode acontecer neste final de século» imaginar a educação de adultos só do lado da educação ou só do lado da formação.

«Temos que relançar todo o sistema em articulação entre os dois ministérios», frisou, explicitando que o trabalho em separado entre aquelas áreas é responsável, designadamente, pelos «elevadíssimos níveis de desistência do ensino recorrente em Portugal».

Por outro lado, realçou o papel do ensino à

distância como motivador de um maior empenhamento dos adultos na sua própria formação escolar e profissional, admitindo que aquele tipo de ensino fará parte da estratégia futura da Agência.

Com tais mudanças, Ana Benavente espera aumentar substancialmente os 80 mil alunos (50 mil só no secundário e 3º ciclo) que frequentam o ensino recorrente.

«Actualmente, a educação de adultos representa uma fatia de cerca de 50 milhões de contos do Orçamento de Estado, revelou.

Designado «Novas Estratégias na Europa para a Educação e Formação de Adultos», o seminário, que terminou no sábado passado, trouxe à capital do Algarve cerca de uma centena de especialistas nacionais e estrangeiros da matéria, que discutiram os problemas da educação e formação de adultos no Velho Continente.

PROIBIDOS BRINDES EM ALIMENTOS

Pacotes de cereais e ovos de chocolate com ofertas para crianças vão ser proibidos a partir do próximo ano, com a aprovação, na passada quinta-feira, dia 10, de uma nova lei que regulamenta a comercialização de géneros alimentícios misturados com brindes.

Com excepção do tradicional bolo-rei, todos os alimentos que se encontram misturados com brindes vão deixar de ser comercializados depois de aprovado o novo decreto-lei, neste momento sob a forma de projecto, elaborado sob a responsabilidade do ministro-adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, que tutela a pasta do consumidor.

O preâmbulo do diploma esclarece que o número de acidentes decorrente da mistura de brindes em alimentos permite concluir que os produtos não alimentares sem embalagem «podem representar» riscos para a segurança dos consumidores no acto de manuseamento ou ingestão, de que são exemplos a asfixia, o envenenamento e a perfuração ou obstrução do aparelho digestivo.

A embalagem onde vem «escondido» o brinde dos ovos de chocolate, cujo diâmetro é inferior ao de uma moeda de 50 escudos, cabe na traqueia de uma criança de tenra idade e, nos Estados Unidos, provocou mesmo a morte - por asfixia - de uma menina de três anos.

Actualmente, os americanos estão obrigados a comercializar o brinde em separado. No ano passado, nos primeiros dias de



Dezembro - mês em que tradicionalmente se regista o pico de acidentes infantis (traumatismos e lesões) -, a ministra da Saúde, Maria de Belém, lançou uma campanha de prevenção com o mote «Acidentes com brinquedos de Natal são cada vez mais difíceis de engolir».

Um ano depois, no seguimento de recomendações da Comissão Europeia e da Comissão para a Segurança de Serviços e Bens de Consumo sobre os problemas levantados pela «mistura directa em géneros alimentícios de produtos e objectos estranhos à sua composição», o ministro adjunto solicitou ao Instituto do Consumidor a preparação de uma resposta, legislativa, a estas questões.

O projecto de decreto-lei vem agora proibir a comercialização de géneros alimentícios misturados com brindes, entendendo estes como «quaisquer objectos ou produtos estranhos à composição de géneros alimentícios que, misturados directa ou indirectamente com estes, têm por finalidade a promoção comercial do género alimentício, dos próprios objectos ou produtos, ou ainda de um outro bem, de um serviço ou de uma ideia».

Brindes como os do bolo-rei ficam, à partida, excluídos pelo novo diploma, uma vez que são comercializados mais por tradição do que por motivos de estratégia comercial.

A única excepção, àquela proibição de

comercialização, é a de os brindes serem «embalados separada e individualmente» e se destinarem à «preparação ou dosagem dos géneros alimentícios», embora o diploma não especifique se os dois requisitos são, ou não, cumulativos.

Os brindes misturados com alimentos passam a ter de ser claramente distinguíveis - «pela sua cor, tamanho, consistência e apresentação - e concebidos e apresentados de molde a «não causar riscos, no acto de manuseamento ou ingestão, à saúde ou segurança dos consumidores, nomeadamente asfixia, envenenamento, perfuração ou obstrução do aparelho digestivo».

Também o rótulo da embalagem passa a ter de informar o consumidor - «em língua portuguesa, com caracteres facilmente legíveis, visíveis e indeléveis, em evidência e redigida em termos correctos» - das características dos brindes que se encontram no interior dos géneros alimentícios, «não podendo ser apresentadas ou descritas por palavras, imagens ou outra forma susceptível de criar uma impressão errada no consumidor».

A violação da proibição ao comércio de brindes misturados em géneros alimentícios é punida com multas (contra-ordenações) entre 300 a 600 contos ou entre 600 e 1 200 contos, conforme se trate, respectivamente, de pessoas singulares ou colectivas.

A fiscalização do cumprimento do disposto no diploma, bem como a instrução dos respectivos processos de contra-ordenação, compete à Inspeção-Geral das Actividades Económicas.

INVESTIMENTO PASSOU DE 5 PARA 1200 MILHÕES DE CONTOS

O Brasil é a «grande oportunidade do século XXI para Portugal», afirmou, no dia 15, em Lisboa, o primeiro-ministro, António Guterres, no âmbito de um seminário em que foi assinalado o aumento registado nos últimos anos no IDE português naquele país. «Independentemente de algumas pequenas dificuldades de momento, esta é uma opção estratégica da maior importância para o nosso futuro», disse ainda Guterres, salientando que a «redescoberta do Brasil» é um facto ligado ao mandato do actual Governo.

Portugal tinha em 1995 «uma relação económica insignificante com o Brasil», com um investimento de cerca de cinco milhões de contos, e alguns problemas a nível político que afectavam «um afecto, uma cultura e uma história comum de tantos séculos», disse.

Actualmente, o investimento cifra-se em 1 200 milhões de contos e Portugal é o terceiro investidor mundial no Brasil, frisou António Guterres, que acabou de presidir ao encerramento do seminário que assina-

lou o 50º aniversário da Câmara de Comércio Luso-Brasileiro.

Este facto «dá à nossa economia uma projecção mundial e uma capacidade, uma dimensão que lhe permitirá resistir àquilo que inevitavelmente vai acontecer na Europa do euro, em que, se ficássemos fechados sobre nós próprios seríamos rapidamente submersos», explicou ainda.

Para o salto dado pelas relações económicas entre Portugal e Brasil nos últimos anos, contribuíram, para além da «opção claramente afirmada pelo Governo», houve também um entendimento com a sociedade civil no seu conjunto e a actuação das empresas portuguesas, frisou ainda o chefe do Executivo socialista, lembrando que a sua primeira visita oficial foi ao Brasil.

Promovido pela Câmara de Comércio Luso-Brasileiro, que no final ofereceu um almoço em honra de António Guterres, o seminário registou a presença de representantes de grandes grupos económicos e empresas responsáveis por alguns dos maiores investimentos portugueses no Brasil.

UM NOVO OLHAR SOBRE A DÉCADA DE 50

A filha do general Humberto Delgado, Iva Delgado, considerou, no dia 15, em Faro, que pela primeira vez em Portugal há um livro que retrata marcadamente o final da década de 50, período até aqui relatado com muitas lacunas históricas.

«Pela primeira vez há um estudo sobre Humberto Delgado e o período eleitoral de 1958 que revela perspectivas inovadoras na história política da agitada conjuntura vivida no Estado Novo», disse Iva Delgado.

A filha do General Sem Medo falava na sessão de apresentação do livro «Humberto Delgado e as Eleições de 1958», que decorreu em Faro, no auditório do Museu Municipal da cidade.

A obra reflecte cerca de dois anos e meio de trabalho de investigadores (cerca de 20), que se basearam em documentos de arquivos nacionais e estrangeiros para relatar um período de um mês - Maio/Junho de 1958, que abalou o regime fascista.

Quem ler o livro, nas palavras de Iva Delgado, vai ficar a saber que em 1958 houve

uma «enorme fraude eleitoral, que estava viva no espírito das pessoas que viveram essa época, mas não estava ainda nem estudada, nem quantificada».

A mensagem do livro, segundo a filha do general sem medo, é as marcas que a cultura da fraude deixou a toda uma sociedade.

A obra retrata ainda o problema da interação dos militares no processo desta campanha eleitoral e o problema da repressão: censura, falta de liberdade e também o enquadramento internacional deste período.

Segundo Iva Delgado, trata-se de um publicação que explica basicamente o princípio do fim do regime salazarista, que se deu em 1958, e a forma como, a partir dessa altura, toda uma geração «abriu os olhos para a liberdade».

«Humberto Delgado e as Eleições de 1958», editado com a chancela da Vega, conta com prefácio de Fernando Rosas e coordenação de Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria.



Abrantes

Natal Solidário

O INATEL e a Segurança Social promovem durante a quadra natalícia um programa denominado «Natal Solidário».

Esta iniciativa passa por Abrantes, contando com o apoio da Câmara Municipal, que preparou um espectáculo de circo destinado aos idosos das instituições de solidariedade social do distrito e centros de recuperação infantil.

O espectáculo, que decorreu no passado dia 4, contou com a presença do ministro da Solidariedade, Ferro Rodrigues.



Albufeira

Câmara apoia instituições de solidariedade

O município de Albufeira vai conceder um donativo no valor de 100 mil escudos ao Instituto de Apoio à Criança, destinado a subsidiar a produção do boletim da instituição.

A autarquia decidiu, também, atribuir um subsídio de 150 mil escudos à Conferência de S. Vicente de Paulo de Ferreiras, por forma a apoiar a campanha de solidariedade natalícia, que tem por objectivo distribuir cabazes de Natal às famílias mais carenciadas.



Fafe

Escola evoca Saramago

A Escola Secundária de Fafe, através da sua biblioteca e com o apoio do pelouro da Cultura da Câmara Municipal, organizou uma sessão comemorativa da atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago, no passado dia 10.

Cascais

Árvore de Natal e Presépio gigantesco

Nunca a iluminação de Natal na vila de Cascais foi tão imponente e espectacular como este ano.

O presidente da edilidade, José Luís Judas, inaugurou no passado dia 14 na rotunda principal da vila uma árvore de Natal com 20 metros de altura.

Esta árvore de Natal, a maior da Europa, produz um efeito de neve devido à existência de um jogo de luzes no seu interior. A decoração obedece a um projecto de José Luís Castanheira e consta ainda de um presépio de grandes dimensões, colocado na Fortaleza de Cascais, de reis magos e de um barco cheio de presentes, na baía, e do «túnel de luz» em que se transformou a Rua Direita.



Beneficiários do RMG foram ao Teatro

A notável política social levada a cabo pela Câmara de Cascais continua. A edilidade cascaense proporcionou a todos os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) residentes no concelho, uma ida ao Teatro da Trindade, em Lisboa, no dia 13, para assistirem à peça «O Jogo da Glória».

Inserido no projecto «Mais Natal em Cascais», esta autarquia vai também distribuir um «cabaz de Natal» aos beneficiários do RMG que participem em programas de inserção socioprofissional.

Crianças desfavorecidas foram ao cinema

A Câmara Municipal de Cascais, em colaboração com uma empresa de distribuição de filmes, possibilitou a ida, no dia 16, ao

cinema a cerca de 500 crianças residentes no concelho.

«Em Busca do Vale Encantado» foi a película que fez as delícias dos mais pequenos.

Novos Centros de Saúde

A Câmara Municipal de Cascais já formalizou a cedência de terrenos à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, possibilitando assim a construção de duas novas extensões de Centros de Saúde nas freguesias de São Domingos de Rana e Estoril.

Estas duas novas extensões de Centros de Saúde vão surgir nas localidades do Bairro Mata da Torre na Freguesia de São Domingos de Rana e Alpraia na Freguesia do Estoril.

Estes dois novos Centros de Saúde vão beneficiar uma população de 85 mil municípios.

Coimbra

Orçamento para 1999 ascende a 15,5 milhões de contos

O Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para 1999 tem uma dotação global na ordem dos 15,5 milhões de contos.

A valorização da qualidade ambiental é o investimento mais significativo - 5,5 milhões de contos - do Plano, que tem um valor global de 13,4 milhões de contos.

Para o desenvolvimento socioeconómico, o Plano consagra uma verba de cerca de quatro milhões de contos.

O Orçamento global da Câmara (incluindo os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e dos Transportes Urbanos) para o próximo ano ascende a cerca de 23 milhões de contos.



De acordo com o presidente da Câmara, Manuel Machado, a proposta de Plano e Orçamento revela uma «especial atenção a obras importantes para Coimbra e ainda não concretizadas», nomeadamente a Ponte Europa, o Centro de Congressos e o Parque Verde do Mondego.

Consagra ainda relevo às comemorações do 25 de Abril e da passagem do milénio, acrescentou o autarca.

Centro de Documentação 25 de Abril

Entretanto, a Câmara de Coimbra aprovou no passado dia 7 uma proposta de protocolo a celebrar entre a autarquia e o Estado Maior do Exército para a utilização precária pelo Centro de Documentação 25 de Abril de parte do terceiro andar do Quartel da Graça.

Porto

Pinheiros de Natal quase grátis

À semelhança de anos anteriores, o Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal tem à disposição dos portuenses pinheiros de Natal por um preço simbólico.

Os pinheiros, provenientes do ordenamento das matas da Direcção-Geral de Florestas estão expostos nos jardins do Palácio de Cristal e nas instalações do CCd na Rua Alves Redol, nº 292.

Santo Tirso

Natal no comércio tradicional

Realizou-se no passado dia 10 no salão nobre da Câmara Municipal de Santo Tirso uma conferência de Imprensa para apresentação da campanha «Do Natal aos Reis». Esta campanha de Natal, num conjunto de iniciativas que decorrem desde o dia 4 de Dezembro é terminam no dia 8 de Janeiro, é uma organização conjunta da Câmara Municipal e da Associação Comercial e Industrial do Concelho de Santo Tirso. A iniciativa visa promover o comércio tradicional da cidade de Santo Tirso durante a época natalícia.



Vila do Conde

Arqueologia

A Câmara Municipal de Vila do Conde aprovou a cedência de instalações para uma delegação do recentemente criado Instituto Português de Arqueologia.

Trata-se de uma estrutura desconcentrada do Ministério da Cultura, que visa coordenar e apoiar toda a actividade arqueológica desenvolvida na região de Entre Douro e Minho.

PS EM MOVIMENTO

ALEMANHA

Comunicado da Federação

Num comunicado, a Federação do PS na Alemanha «congratula-se pela visita a este país do secretário nacional para a Emigração e deputado à AR, eleito pelo círculo eleitoral da Europa, Carlos Luís».

A Federação do PS/Alemanha refere que durante a sua estada naquele país nos dias 24, 25 e 26 de Outubro, o camarada Carlos Luís contactou diversas comunidades portuguesas e estruturas locais do PS, nomeadamente em Osnabruck e Dortmund, e ainda instituições em Bona.

Os socialistas da Alemanha lamentam ainda que um «estúpido acidente», ocorrido em Paris, tenha impedido o camarada Carlos Luís de cumprir o plano de viagem estabelecido e, deste modo, impedido-o de contactar a comunidade portuguesa de Osnabruck e de confraternizar com os militantes e simpatizantes do PS.

(Des)conselheiro Oliveira

Aliás, adianta o comunicado, «no Centro Português desta cidade, o sr. António Jorge Oliveira, (des)conselheiro das Comunidades Portuguesas provocou um incidente que em nada dignifica o movimento associativo e o próprio Conselho das Comunidades, ao tentar chamar a si a representação desta Federação e do PS e até mesmo do deputado Carlos Luís, ao desvirtualizar o sentido da reunião e mesmo a responsabilidade da sua promoção e direcção».

ALVERCA

Novos órgãos dirigentes

Os militantes da Secção de Alverca do PS elegeram no passado dia 11 os órgãos dirigentes desta estrutura, num acto muito participado.

Ao acto eleitoral concorreu uma só lista, liderada pelo camarada Joaquim Rocha. Para a Assembleia Geral foram eleitos os camaradas José Sabino, Espada Ferreira e Mendes Lopes.

O novo secretário-coordenador do Secretariado é o camarada Joaquim Rocha.

Integram ainda o Secretariado os camaradas Afonso Costa, Patrício Miguel, Agostinho Mendes, António Borges, Fátima Mafalda, Florbela Deus, Alcobia Santos, Pedro Pulido, José Salavisa, J. Lampreia, Rute Serra e Vítor Couto.

Destaque para a presença nos novos órgãos de um elevado número de jovens e de mulheres.

Trata-se de uma equipa coesa que irá preparar o Partido para as vitórias nas eleições europeias e legislativas, bem como fortalecer a Secção de Alverca.

Os novos dirigentes pretendem abrir mais a Secção à participação da população e preparar esta estrutura para as tarefas futuras na freguesia e no concelho.

PORTO

JS saúda Saramago

A Comissão Política Distrital da Federação da JS do Porto aprovou, por unanimidade e aclamação, uma moção de saudação a José Saramago pela conquista do Nobel. No documento, os jovens socialistas portugueses sublinham que «esta insígnia confere à abonada e vasta obra de Saramago, um lugar eterno na majestosa montra do mundo literário e traduz um reconhecimento do substantivo contributo da literatura portuguesa e também da literatura de língua portuguesa».

SETÚBAL

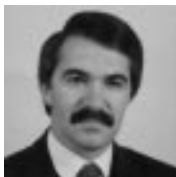
Catarino Costa reeleito

O camarada Catarino Costa, actual presidente da Assembleia Municipal de Setúbal, foi reeleito presidente da Comissão Política Concelhia.

Com uma lista de grande abrangência, a lista liderada pelo camarada Catarino Costa obteve 379 votos, enquanto a lista liderada pelo camarada Garcia dos Santos recolheu 310 votos.

A lista do camarada Catarino Costa incluía todos os presidentes de Junta e de Assembleia de Freguesia e recebeu o apoio de todos os membros da Assembleia Municipal e dos Secretariados das Secções de Residência de Setúbal e Azeitão. A vitória obtida pelo camarada pelo camarada Catarino Costa é o corolário do excelente trabalho desenvolvido à frente da Concelhia de Setúbal.

Este resultado repete praticamente o das eleições para a Secção de Residência de Setúbal, realizadas no início deste ano, em que Catarino Costa foi eleito secretário-coordenador.



Recorde-se que esta é a quarta vez que o camarada Catarino Costa vence as eleições para a Comissão Política Concelhia de Setúbal, assegurando a presidência deste órgão até ao final do ano 2000.

VILA REAL

PS solidário com UTAD

A Comissão Política Concelhia do PS, reunida no dia 27 de Novembro, decidiu «manifestar a sua total solidariedade à UTAD e apoiar sem reservas todos os esforços conducentes ao aprofundamento e desenvolvimento desta instituição de ensino universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro».

O PS/Vila Real decidiu, ainda, «rejeitar, categoricamente, as acusações e os lamentos dos que, conhecida a decisão e quando nada há a fazer, se "põem em bicos de pés", particularmente o PSD e seus dirigentes, num acto de puro oportunismo político, pretendem apagar da memória a falta de determinação e da ausência de projectos que tem caracterizado a sua acção política à frente dos destinos da autarquia e que no fundo traduzem a verdadeira razão da perda de protagonismo e visibilidade de Vila Real no contexto regional e nacional».

Centro Equestre Morgado Lusitano Almoço de Natal dos funcionários do PS

O Centro Equestre Morgado Lusitano, na Póvoa de Santa Iria, foi o local escolhido este ano para o tradicional almoço de confraternização dos funcionários do PS, que se realiza no próximo dia 21, às 12 horas.

Nesta grande festa de convívio da família socialista, será servido às 12 horas, à chegada dos camaradas, um aperitivo típico da região, seguindo-se a entrega de lembranças aos funcionários.

Os camaradas assistirão depois, pelas 12 e 30, a uma gala equestre no picadeiro coberto.

Pelas 13 horas, será servido um almoço que consta de creme de legumes, bacalhau com natas, lombo de porco recheado com ameixa, tarte de nata com fruta ou salada de frutas. A acompanhar a refeição serão servidas as seguintes bebidas: água, refrigerantes, vinho branco e tinto.

Tendo por cenário um aprazível local como o Centro Equestre Morgado Lusitano, a festa de Natal-98 dos funcionários do PS constituirá, mais uma vez, uma grande jornada de confraternização em torno dos ideais da liberdade, igualdade e fraternidade.

SEDE NACIONAL

20 anos «Acção Socialista»

É inaugurada hoje, pelas 17 e 30, na Sede Nacional do PS, no Largo do Rato, uma exposição comemorativa do 20º aniversário do «Acção Socialista», Órgão Oficial do Partido.

Com entrada livre, a exposição estará patente ao público até ao próximo dia 10 de Janeiro de 1999.

Da mostra faz parte um conjunto de primeiras páginas evocativas de cada um dos 20 anos de existência do semanário socialista. Paralelamente, estará à disposição dos visitantes um conjunto de publicações do «Acção Socialista» editadas para comemorar a data.





A REFUNDAÇÃO DO FMI

O que está a dar é falar de crise. Económica ou financeira? Incerteza só ou mesmo recessão? Regional ou mundial? Agora ou no futuro?

A crise asiática, iniciada na Tailândia em Julho de 1997, propagada a diversos outros países asiáticos, incluindo a segunda potência económica mundial (o Japão), projectou-se sobre os países produtores de petróleo com particular impacto político por ocasião da crise russa de Agosto 1998. E correu o risco iminente de se propagar à América Latina, no seu conjunto e não apenas em alguns países produtores de petróleo. Se assim sucedesse, tornar-se-ia uma crise dos países emergentes, dos Estados Unidos e, portanto, de todo o mundo. Apesar do pacote orçamental e da ajuda externa ao Brasil (41 biliões de dólares), ela é ainda o ponto central da análise da economia mundial e sobretudo do seu sistema financeiro. Na Ásia, como na Rússia e em alguns outros países, a crise, que começou por ser monetária e financeira, tornou-se claramente depressão económica. Na economia mundial – apesar do abrandamento do crescimento, sensível até nos Estados Unidos e, menos, na Europa, no Reino Unido – não vivemos (ainda?) uma crise económica, a não ser no sentido lato em que «crise» pode designar uma situação de indefinição.

O sistema monetário-financeiro internacional está, pois, no centro da análise. Para uns, a causa do ocorrido estará na globalização. O regresso ao nacionalismo e às fronteiras fechadas no domínio monetário (incluindo o cambial) e financeiro seria a solução, não apenas para conter hemorragias de emergência, mas com algum carácter duradouro, talvez definitivo. Para outros, a globalização é irreversível e haverá que repensar o que é que, no seu estado actual, carece de rectificação, mudança, reforma ou – quem sabe? – revolução.

Parece-nos claro que – a não ser que ocorresse uma catástrofe e, por virtude dela, um recuo global da civilização – a globalização veio e está para ficar, como fenómeno cultural, tecnológico, financeiro, económico e até político. O mundo é cada vez mais um só, tendendo a levar às últimas consequências o movimento de universalização iniciado com os nossos Descobrimientos, por via da globalização das telecomunicações, dos sistemas de informação e dos mercados financeiros, que gera uma universal globalização em todos os outros domínios da vida humana. «Pensar globalmente, agir localmente»: eis a regra do jogo. Isto pode ser bom ou mau, como todas as transformações de civilização, dependendo dos valores – em última instância, éticos – ao serviço dos quais seja posto. Mas é uma tendência irreversível, como aliás tantos teorizadores do capitalismo com visão de longo prazo – a começar por Karl Marx – tinham claramente previsto já no século passado.

Renovar as instituições

Se a solução não está em fechar as fronteiras das nações ou das paróquias, então, como há crise, há que perguntar: o



que falhou no sistema monetário-financeiro global?

Isto leva-nos inevitavelmente a alguns problemas gerais, mas, desde logo, às instituições monetário-financeiras que têm «regido» os destinos do mundo. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – este criador do Grupo Banco Mundial, uma conselheira de instituições destinadas a diversificar a sua vocação fundamental – foram criados em 27 de Dezembro de 1945, executando o Acordo da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas em Bretton Woods (1 a 22 de Julho de 1944) e começando efectivamente a funcionar, o Banco Mundial, em 25 de Junho de 1946 e, o Fundo, em Março de 1947.

Ao longo de mais de 50 anos, o Grupo do Banco Mundial teve um papel importante na promoção do desenvolvimento, através do investimento e de boas formas de financiamento, projectos e garantias. O Fundo Monetário Internacional concentrou-se mais no sistema monetário e cambial, com as suas extensões nos mercados e movimentos de capitais.

Os ultraliberais – a começar pela inteligente crítica de Milton Friedman e a acabar nos mais grosseiros «slogans» que, por exemplo nos Estados Unidos, têm alimentado a posição do sector radical dos Republicanos no Congresso – defendem a pura e simples extinção do Fundo, confiando em mecanismos de mercado sem qualquer regulação: para uns, o regresso ao «padrão ouro», para outros, os câmbios flexíveis e a livre circulação e irrestrita de capitais. Isto, apesar de o FMI ter sido um dos principais instrumentos do ultraliberalismo nos anos 70, 80 e 90, levando por vezes as suas exigências de políticas de estabilização interna e ajustamento externo dos países – como condição de

acesso ao seu apoio monetário, financeiro ou cambial – a extremos de rigor ideológico mais do que de operacionalidade e racionalidade político-económica.

Parece claro, porém, que o problema da sociedade global não é o da desnecessidade de regulação e de enquadramento institucional, pois estes são quase inexistentes: é, sim, o do desajustamento e da falta de regulação, governação, assistência financeira e enquadramento institucional apropriados à liberalização e à globalização. Por outras palavras: não é o FMI que está a mais, é um outro FMI, renovado e correspondendo às necessidades da economia global de hoje e do futuro, que está a mais, porque ainda não existe.

E de algum modo – pondo agora de lado o problema da sua reforma, que também é real, mas se afigura porventura menos premente e posterior – coisa semelhante se poderá dizer, embora em termos menos urgentes e menos fortes, quanto ao Banco Mundial e ao seu grupo de instituições.

Propostas de terapêutica

Não sobra tempo para analisar o debate que tem havido. Mas o diagnóstico e uma proposta de terapêutica podem fazer-se com clareza, como mera contribuição pessoal para um debate em curso.

1º – Parece claro que a globalização funciona hoje numa situação em que os Estados nacionais são cada vez mais impotentes, em que as organizações económicas de vocação universal, e nomeadamente o Fundo Monetário Internacional, têm importância mas estão concebidas para um mundo que já acabou ou está em vias de acabar e em que as organizações regionais, com a força

real da União Europeia ou com a força potencial de outras, como o Mercosul (que estão nascendo e são importantes para a ordem económica global) não têm objectivos, meios e regras de intervenção adequadas. Então, com a livre circulação de capitais de curto e longo prazos, o resultado é que a globalização financeira consiste em mercados selvagens instáveis e erráticos, numa situação de anarquia, em que, quando ocorrem crises, as únicas propostas são as velhas respostas tradicionais que os Estados sempre deram e que se revelam hoje desajustadas: as desvalorizações brutais, gerando enormes quebras do bem-estar das populações e depressões económicas profundas; o controlo administrativo dos câmbios ou dos movimentos de capitais – pelo menos a curto prazo –, que fazem parar nas fronteiras a sociedade global e cortam a economia de cada país do fluxo de bens e serviços a nível mundial, que é um factor de enriquecimento para todos e em particular para os países que se fecham no seu reduto. Estas são respostas de emergência a situações graves, mas não podem ser as respostas normais e permanentes.

O FMI dispõe de meios que, até ao presente, com o alargamento, a flexibilização e a diversificação da sua capacidade de assistência financeira, têm sido suficientes. Mas, após a crise asiática, eles estão em via de esgotamento – nomeadamente em consequência do boicote sistemático do Congresso norte-americano – e a sua aplicação, ocorrendo em moldes tradicionais e desajustados à economia globalizada, pode constituir uma terapêutica de urgência ou emergência, mas não corresponde a políticas com a eficácia preventiva e curativa de que a sociedade global e os seus mercados financeiros necessitariam.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Apontarei algumas linhas para a busca de uma solução. Doutrinariamente situadas? Por certo. No campo do que se tem chamado a Nova Esquerda Europeia, keynesiana, social e aberta ao mercado - nem o arcaico colectivismo burocrático nem o neo-capitalismo que modernizou mas falha ao não estabilizar. Mas haverá algum pensamento sem a amarra de princípios e valores?

2º - Parece-me claro que na sociedade global há princípios que têm de ser preservados, sob pena de destruição do próprio modelo da civilização humanista e democrática. A livre circulação de capitais e a liberdade de transacções monetárias e cambiais é um deles: os controlos cambiais que ocorram, de carácter administrativo ou outro, só podem ser soluções temporárias e de emergência. Se se tornassem soluções permanentes, seriam um remédio pior que a cura; e, se se universalizassem, destruiriam a própria sociedade globalizada - ao passo que, se se mantivessem no nível nacional, separariam o Estado que os adoptasse dessa sociedade global, como reduto fechado de pobreza e - como Amartya Sen demonstrou - sem democracia nem eficiência. Não é preciso reclamar-se de Hayek para o ver.

3º - A globalização necessita de uma nova conferência de Bretton Woods - um Bretton Woods para o século XXI. Nela se definiriam regras que dotassem a sociedade global, no domínio monetário (incluindo cambial) e financeiro, daquilo que hoje não tem: regulação, ou seja, regras adequadas e estáveis; governação, ou seja, instituições que, sem violarem o básico princípio da liberdade e sem actuarem de forma dirigista e administrativa, tenham meios instrumentais, poderes e funções adequadas a fazer cumprir a liberdade e, salvaguardar a confiança, ajustar a flexibilidade e, mediante actuações discricionárias, intervir no mercado, respeitando as regras deste; assistência adequada às instituições e países carenciados com as formas de apoio monetário e financeiro ajustadas e que reforcem e estabilizem o mercado; enfim, recursos financeiros proporcionados.

4º - Esta nova regulação há-de implicar a definição de uma nova arquitectura monetária e financeira global, que crie condições para que a liberdade monetária e financeira se não transforme numa anarquia e no domínio selvagem dos mais fortes e menos escrupulosos sobre o mercado (no fundo, destruindo a concorrência e a confiança: as duas bases do mercado financeiro).

Na Assembleia Geral do FMI e do Banco Mundial em Hong Kong algumas propostas nesse sentido foram avançadas. Então, em 1997, como em Washington, em Outubro de 1998, novos avanços foram feitos no sentido de pensar aquilo que os grupos de trabalho do Fundo chamavam (em 1998) uma nova «arquitectura financeira internacional» a construir. A reestruturação dos sistemas financeiros nacionais e da sua vertente internacional, o reforço da informação apropriada e verdadeira e do seu controlo, da transparência e da responsabilidade dos operadores financeiros no plano nacional como no internacional, a não confusão entre a função das instituições financeiras e os seus interesses empresariais, gerando mau crédito e péssimos activos, o reforço dos sistemas financeiros nacionais e da sua interligação, a existência de formas adequadas de prevenção, gestão e resposta coordenada às crises financeiras internacionais: eis os tópicos fundamentais dessa regulação que importa pôr em marcha.

5º - A regulação da liberdade monetária (de



pagamentos internos e transacções cambiais) e da livre circulação de capitais (a curto ou longo prazo; com fins de aplicação financeira ou de investimento directo) não deve ser entendida como limitação da liberdade, por via administrativa ou por outro qualquer meio. É claro que a liberdade não existe sem regras; antes, sem elas, se transforma em anarquia, licenciosidade ou «lei da selva». Só essa regulação possibilitará, no plano nacional como internacional, o pleno funcionamento do mercado concorrencial, com estabilidade e respeito por todos os intervenientes e pelos direitos e interesses dos que confiaram na finança internacional, assegurando nomeadamente que os pequenos aforreadores não sejam enganados nem defraudados por intermediários ou falsos aplicadores/tomadores de fundos. Ela garantirá a luta contra a «lavagem de dinheiro» e as transacções financeiras criminosas ou ilícitas, em si ou pela origem ou destino dos fundos envolvidos. E possibilitará limitar a especulação - que é também uma das componentes de qualquer mercado financeiro - aos seus efeitos normais e razoáveis, evitando que, deliberadamente, por pânico ou por manobras enganosas, sobretudo nos capitais de curto prazo, ela crie instabilidade e volatilidade excessivas, em crises graves (financeiras ou cambiais) que perturbem o sistema e gerem ataques a economias ou moedas nacionais com pesados danos. Permitirá lutar contra a fraude e a evasão fiscais, mantendo embora a competição entre sistemas tributários, dentro dos limites da licitude e da decência. E até poderá dar azo a formas novas e justas de colocação da riqueza ao serviço do bem comum - não numa «terra de ninguém», sem rei nem lei, mais poderosa do que os poderes da maior parte dos Estados e das organizações, como hoje sucede -, por exemplo, através do imposto sobre as operações cambiais, há tanto tempo proposto por James Tobin, ou de métodos e instrumentos similares. Em suma, sem regulação não há verdadeira liberdade - dentro como fora dos Estados. Estamos a

aprendê-lo na sociedade global, experiência nova da Humanidade velha...

6º - Parece-me igualmente evidente que o «novo Fundo Monetário Internacional» (sem esquecer a sua ligação umbilical com o «novo Banco Mundial») deve articular-se, por um lado, com os grandes países, por outro, com as organizações macro-regionais (das grandes regiões económicas do mundo) e, por outro ainda, com as instituições financeiras privadas (sem as quais a estabilização é impossível). Uma das grandes razões da gravidade da crise asiática - para além da inexistência de sistemas financeiros credíveis por falta, na maior parte dos países, e sobretudo nos mais atingidos, de respeito pelas regras anteriormente referidas - foi a ausência de uma adequada organização financeira regional da Ásia Oriental e do Sueste.

A existência de relações financeiras de domínio, nomeadamente do Japão e dos seus grupos privados, sobre diversos países e grupos da zona, a existência de uma rede de pactos e participações de grupo, foram apontados como um factor de flexibilidade e de superioridade do «modelo asiático», num tempo bem próximo em que os ultraliberais cultivavam a mitologia dos «novos tigres» como modelo para um crescimento agressivo e uma inovação predadora, à custa do social, do ecológico, de muitos outros valores humanos subordinados à implacabilidade da competição mercantil mais dura. A crise asiática veio repor as coisas no seu lugar, restabelecendo ainda um equilíbrio entre a sobrevalorização de patrimónios e de moedas de alguns desses países (sobretudo o Japão) e a sua articulação com os activos e as transacções comerciais, financeiras e monetárias da economia mundial. Afinal, o paraíso ultraliberal não funcionava e tinha pés de barro.

Pelo contrário, o papel positivo da União Europeia - e, nesta, a certeza da existência do euro como factor de solidez no espaço das 10 moedas que o fundaram - e ainda de um conjunto de espaços monetários nacionais interligados e adjacentes foram a

contraprova do contrário. Na globalização, só os grandes espaços económicos têm, a prazo, condições de organização viável bastante. Os pequenos países estão condenados a ser ou dominados ou cercados no isolamento e na pobreza. Ou se coordenam e auto-organizam para criar espaços macro-regionais, com as correspondentes regras e autoridades de regulação - como as Comunidades Europeias, hoje União Europeia, fizeram -, ou então os impérios económicos - Estados Unidos, China, Japão, os outros gigantes económicos do século XXI - dominarão a economia global, por si, como espaços da economia e civilização, pelas suas empresas transnacionais ou multinacionais, como núcleos autónomos de poder, decisivos na rede mundial das transacções comerciais, financeiras e monetárias.

A União Europeia demonstrou que a organização de espaços com dimensão suficiente é necessária, para as nações, os cidadãos e as empresas poderem sobreviver na economia global (sem prejuízo de carecer, a longo prazo, de reforçar a sua competitividade e capacidade de inovação, continuando a estratégia ofensiva que deu origem ao euro e à União Económica e Monetária avançada, e não com estratégias defensivas, centradas apenas na resolução a curto prazo dos problemas internos, sejam eles os de crescimento ou os do emprego, que só medidas de longo prazo podem solucionar).

7º - No nível mundial, é todavia necessária uma profunda reforma do Fundo Monetário Internacional. O aparecimento do G7 demonstrou que os grandes países têm um papel próprio e insubstituível e que, hoje, o Fundo Monetário Internacional não está suficientemente equilibrado com a mera existência de um Comité Temporário (Interim Committee), que agrupa um certo número das suas economias nacionais. A estrutura do Fundo Monetário, em que o poder está dominado por técnicos e por um conselho de administração tecnocrático, foi útil no passado, é pouco operativa no presente e será inútil ou mesmo perniciosa no futuro. É necessário dar ao Fundo maior consistência política e peso económico real, com uma estrutura em que exista um órgão político permanente, onde estejam presentes as grandes economias do mundo, tal como no G7, bem como representantes das grandes regiões económicas mundiais. É necessário que essa estrutura represente o verdadeiro poder do Fundo, em vez de uma mera administração tecnocrática, mandatada todos os anos por uma assembleia geral que dá vagas e grandes orientações, sem controlo, coesão nem permanência. A emergência da zona do euro pode ser uma mutação qualitativa que - em parceria com os Estados Unidos - provoque este salto qualitativo, necessário para a instituição e o seu papel no mundo novo em que, afinal, já estamos.

8º - É não menos necessário que o novo Fundo assuma funções de supervisão dos sistemas - em articulação com autoridades de supervisão regional (a criar) e nacional -, evitando erros trágicos, como os que foram cometidos em relação aos sistemas financeiros de vários países asiáticos - num mês considerados avançados e fiáveis e no mês seguinte, após crise que ninguém viu vir, inteiramente desgruados na sua avaliação. Não é admissível, como já sublinhou Vítor Constâncio, que um país como a Coreia seja avaliada hoje de uma maneira e no mês seguinte passe a valer financeiramente 50 por cento! Por outro lado, a recente ocorrência regular de situações cri-

ticas - se é que não verdadeiras crises e recessões -, de dois em dois anos, denuncia uma excessiva turbulência, por efeito conjugado da volatilidade dos mercados e da ineficiência ou inexistência de formas adequadas de intervenção. Será necessária, desde logo, uma coordenação, concertada e flexível, de políticas cambiais e financeiras entre os três grandes blocos financeiros: Estados Unidos, União Europeia e Japão. Só ela estabilizará taxas de câmbio e articulará, em sã concorrência e liberdade, mas sem a passiva sujeição aos pavores psicológicos, à manipulação e à especulação pura, os elementos essenciais definidores das políticas monetárias ou financeiras. Será necessário dotar o Fundo Monetário Internacional - e, eventualmente, fundos regionais de assistência, como já têm sido propostos para a Ásia e outras regiões, até a União Europeia - de meios para fornecer liquidez em momentos de necessidade, como prestamistas de última instância, além da supervisão e avaliação permanente dos sistemas financeiros nacionais. A independência da supervisão deverá

articular-se com o compromisso político claro dos grandes países e a participação das instituições privadas. Será, enfim, necessário que a abertura dos países à liberalização total dos movimentos de capitais - ao menos, ou em particular, de capitais a curto prazo - seja regulada e graduada em função de um juízo informado e rigoroso sobre a credibilidade e fiabilidade dos seus sistemas, o seu grau de desenvolvimento, a sua supervisão e regulação; o que significa, por outras palavras, que não o controlo administrativo dos capitais mas uma supervisão e regulação fina e flexível dos movimentos de capitais de curto prazo é necessária à estabilização do sistema no

seu conjunto, além das suas componentes macro-regionais e dos mercados financeiros nacionais. A instabilidade e a volatilidade só assim tenderão a desaparecer.

9º. Definido claramente que a liberalização não é uma panaceia mas é um estádio avançado e que pressupõe regras claras, instituições de governação e meios de assistência financeira, acompanhados de uma supervisão permanente - então, a cooperação do Fundo com as autoridades monetárias regionais tem de ser também instituída de forma inovadora. O problema da representação externa da Europa monetária - resolvido para o Banco Central Europeu mas por resolver, espera-se que por um muito curto prazo, relativamente à sua instância política, espera-se também que através do presidente do ECOFIN e do Euro 11, única solução coerente com a lógica e a história da construção europeia - é uma expressão dessa necessidade. Outras regiões terão, porventura, expressões e soluções diferentes para o mesmo problema. Procurá-las é imperativo.

10º. Enfim, é evidente que este sistema monetário-financeiro terá de ser coordenado com o outro grande regulador da economia mundial que é a, porventura incipiente mas importantíssima, Organização Mundial de Comércio. Não se põe hoje - nem deve pôr-se! - qualquer problema de restrição à livre circulação de bens e serviços. Mas cumpre claramente entender que as organizações de vocação universal são responsáveis pela sociedade globalizada e terão de encontrar uma forma de manterem permanente troca de informações, coordenação e orientações comuns, em articulação com as grandes regiões e os Estados, sob pena de falharem elas e de falhar - ou sofrer grave dano - a progres-

siva construção de uma globalização harmoniosa, regulada e justa.

Ficam estas ideias, que não representam uma crítica à acção do Fundo Monetário Internacional - apesar de ter cedido demasiado à ideia ingénuo de que bastaria liberalizar tudo e depressa, e o demais viria por acréscimo -, mas o reconhecimento de que o carácter globalmente positivo da sua intervenção histórica de meio século na construção da economia global e no apoio à estabilidade monetária durante o longo período de recuperação, prosperidade e desenvolvimento do mundo iniciado após o fim da II Guerra Mundial, exigem uma refundação do Fundo Monetário Internacional (e também do Banco Mundial).

A nova assembleia constituinte deveria, naturalmente, trabalhar com base em «trabalhos de casa» - propostas regionais e nacionais, entendimentos entre os grandes blocos e no seio das regiões, alargada discussão de todos os Estados do mundo, das organizações regionais e universais interessadas e das instituições financeiras privadas. É um processo longo, mas até por isso se torna mais urgente. 1999 e 2000 vão ser os anos cruciais para que esta aposta seja ganha ou perdida. O entendimento entre a União Europeia e os Estados Unidos, passando pela partilha, nomeadamente no G7 e, para além dele, com o Japão, a China e os grandes blocos organizados regionais, como o Mercosul, é essencial para a inadiável construção de uma solução que ponha cobro aos vazios e às inadequações actuais. Não basta remendar as instituições existentes: o mundo que as gerou era outro - ou elas mudam ou falharão cada vez mais.

Também nisto, o euro e a União Económica e

Monetária Europeia podem ser rampas de lançamento para, em conjunto com as outras potências económicas mundiais - que, ainda por cima, são simultaneamente aliadas e competidoras -, ter um papel decisivo de ajustamento e reordenação da economia global. O golpe de asa da Europa pode gerar um golpe de asa do mundo. Esta será a verdadeira nova Ordem Económica Internacional, no âmbito da qual terá sentido, de novo, pensar numa ordem internacional para o desenvolvimento, baseada num diálogo Norte/Sul renovado e numa acção também renovada, no âmbito deste e ao serviço do desenvolvimento global, do Banco Mundial e do seu grupo e, bem assim, das instituições regionais de apoio ao desenvolvimento.

Começa a haver ideias - o discurso de Clinton em Nova Iorque, as propostas da França e da União Europeia convergem largamente.

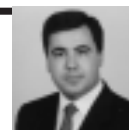
Há tempo para agir, mas a inação vence juro cada vez mais altos. Urge, enquanto é tempo, primeiro repensar a regulação, a governação, a supervisão e as novas formas de assistência financeira na sociedade global; depois, repensar a cooperação global e regional ao serviço do desenvolvimento e de uma nova ordem internacional com objectivos sociais e de justiça, após estarem estabilizadas e reguladas a moeda, as finanças e a economia. A alternativa é simples e vai-se jogar nestes dois anos: ou uma nova ordem estabilizadora e ajustada ao riscos crescentes de mais instabilidade e de uma velha desordem.

*Ministro das Finanças
In «Expresso»

MERCADOS FINANCEIROS

José Conde Rodrigues

POR UM MERCADO GLOBAL AO SERVIÇO DE TODOS



A crise dos mercados financeiros internacionais, ainda longe de ser superada, tem aberto um enorme debate sobre as relações entre a política e a economia, entre os Estados e as instituições financeiras entre, afinal, a sociedade e o mercado. Em causa, neste fim de século, está a necessidade de manter o crescimento económico global, num mercado aberto, sem aumentar o desemprego e a instabilidade social.

A este propósito reuniu a Internacional Socialista o seu Conselho, em Genebra, escolhendo como tema "por um mercado global ao serviço de todos" ou, dito de outro modo, "qual o papel dos governos e outras instituições para assegurar uma economia global sustentável". No fundo, tratou-se de procurar, agora que na maioria dos países da Europa a "esquerda" voltou ao poder, uma solução diferente para um problema já conhecido: a opção entre o monetarismo ou o keynesianismo nas políticas económicas. A questão central passa, assim, pela garantia do mercado, numa visão liberal, mas ajustando-o a regras e padrões que garantam a sua subordinação a objectivos sociais de equidade

e salvaguarda dos direitos humanos.

Mas este debate, se tem actualidade, em virtude da referida crise que atravessam algumas partes do globo, retira a sua força e acuidade, enquanto reflexão sobre o futuro da esquerda e, particularmente, sobre o futuro da social-democracia e do socialismo democrático.

Com efeito, à esquerda não basta chegar ao poder, não basta estar do lado da situação, ela precisa que o exercício desse poder assente em princípios, valores e projectos actuais. Ela precisa de renovar-se face às novas questões sociais, económicas e políticas. E nos últimos tempos têm surgido algumas propostas para essa renovação: a "terceira via", o "centro virtual", o "novo centro" e, porque não reafirmá-lo, a versão pioneira da "nova maioria". Mas também a reacção a esta renovação, por parte daqueles que, sem o mesmo labor teórico, vêm afirmando que as mesmas propostas não contribuem para a "modernização" da esquerda e não passam mesmo de um "lifting", de uma operação de marketing para dar um rosto humano ao neoliberalismo. Ou seja, no entender destes últimos, trata-se apenas de tornar aceitáveis, para a classe média, ao centro, os

inevitáveis constrangimentos impostos pelo capital circulante, pelas multinacionais, em suma, pela economia de mercado sem regulamentação.

Ora, também no seio da Internacional Socialista, desde o seu Congresso de 1996, em Nova York, se criou uma comissão de renovação ideológica (Comissão Progresso Global), cujo objectivo é apresentar propostas que se inserem no actual debate sobre o retorno da política, sobre o regresso das instituições que procuram regular o mercado em prol dos cidadãos, sobre a renovação da própria esquerda pós-comunista.

Esta comissão propõe-se abordar sete pontos fulcrais: globalização económica; o aumento da internacionalização dos movimentos de capitais; a renovação tecnológica; a nova distribuição de produção em relação ao Estado nacional; o papel da política nas relações internacionais; a necessidade de refundar as políticas macro-económicas e, por último, como organizar melhor a comunidade internacional.

E dos trabalhos desta Comissão resulta já clara a necessidade de colocar a economia ao serviço da justiça social com novas

medidas nas políticas de educação e a sua contribuição para a empregabilidade, progresso e inovação, aumentando a capacidade de iniciativa social em conjugação com um sentido forte de responsabilidade individual. Economia de mercado, mas não sociedade de mercado. Ou seja, o mercado e a própria democracia, enquanto chave de regulação de conflitos no seio da sociedade, não são dois conceitos comparáveis, mas devem, ainda assim, articular-se e beneficiar-se mutuamente, num cenário de globalização das economias.

Em suma, oportunidade, responsabilidade e sentido comunitário, conjugando o liberalismo clássico com a justiça social, será o caminho da esquerda. Não se tratará de uma "terceira via" entre o mesmo liberalismo e o socialismo, mas o retorno de uma velha tradição reformista da esquerda europeia: o liberalismo social, ou como outros o designaram, o socialismo liberal. Afinal de contas reforçar a regulamentação, aumentando o controlo político sobre os desvios de mercado, afirmar a centralidade dos direitos humanos no seio de democracias fortes, continua a ser o sentido da esquerda moderna.

*Jurista, Presidente da Câmara Municipal do Cartago



UNIVERSALIDADE SEM LIMITES NO ACESSO À EDUCAÇÃO

Em primeiro lugar gostaria de saudar o Entreculturas - Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural nosso parceiro nesta iniciativa, e de dizer que foi com grande satisfação que com ele nos associámos para esta comemoração do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Desejamos que esta colaboração prossiga pois não ignoramos que as acções desenvolvidas por este secretariado e a que se fez alusão, por exemplo, no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI - intitulado «Educação, um tesouro a descobrir» representam um conjunto de boas práticas que há que pôr ao serviço da educação intercultural em todas as suas dimensões.

Consideramos também que há que articular a educação intercultural com as práticas que estimulam o diálogo intercultural a nível de outras instituições ou na sociedade civil.

Reflectir sobre a educação, os direitos humanos e a diversidade criadora é uma forma apropriada de celebrar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como se refere no art. 26.º, alínea 2 «A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.»

Cada pessoa traz uma vida em si e a liberdade de desabrochar, que é um direito de todos e de cada um, depende da existência de políticas culturais que nos permitam a todos beneficiar da diversidade criadora de todos os cidadãos.

A realização deste Seminário ir-nos-á, estou certo, abrir novos caminhos e ajudar a agir de forma mais eficaz para que a educação permita a plena expansão da personalidade humana de todos os cidadãos, independentemente da sua origem étnica e/ou cultural.

Todos nós sabemos que hoje toda a educação deve ser forçosamente intercultural, mas há muito a fazer para que os casos de excelência que hoje se verificam em muitas escolas portuguesas, não sejam apenas casos exemplares, mas a regra comum.

A diversidade cultural exige a criação de novas competências na escola e na sociedade para que seja vivida como um factor de desenvolvimento criador e não como um problema.

A procura da escola por parte dos jovens provenientes de comunidades étnicas e culturais, que no passado tinham maior taxa de insucesso e de abandono precoce, é um facto muito positivo que traduz o



sucesso das políticas que têm vindo a ser desenvolvidas nesse sentido. Mas a maior frequência escolar não significa necessariamente que o sucesso educativo cresça na mesma proporção. É necessário aumentar o diálogo entre as famílias e a escola, quer as famílias de origem dos jovens identificáveis com comunidades imigrantes e/ou minorias étnicas ou culturais, quer entre as diferentes famílias.

O lançamento oficial em Portugal, em Setembro último, do *Calendário Família-Escola para o ensino Básico* foi um passo positivo nesse sentido. Este Calendário, como afirmou a Dra. Maria de Jesus Barroso, pretende ser uma espécie de guia para os pais, sugerindo-lhes ideias e acções que podem enriquecer o seu relacionamento com os filhos ao longo do ano escolar e em complementaridade com a escola.

Iniciativas como esta, com a colaboração de uma associação não-governamental, são necessárias, e é sempre positivo conjugar esforços através de parcerias alargadas.

A introdução de mediadores culturais recrutados entre jovens provenientes de comunidades imigrantes e/ou minorias étnicas e culturais, que já tem vindo a ser desenvolvida, é um contributo muito positivo na medida em que ajuda a fazer perceber às famílias a importância que a escola pode ter no assegurar do sucesso humano dos que a frequentam e à escola a aprender a riqueza da diversidade cultural.

O desafio que nos é colocado é o alargamento da rede dos mediadores culturais, tendo em conta a necessidade de estender a sua acção a um maior número de escolas e a outras áreas geográficas.

Afigura-se-me também que se revelará muito positivo a colocação de professores no ensino básico e secundário de nacionalidades da origem de grande número de imigrantes, que se concretizou, na base da reciprocidade, nos concursos de colocação de professores.

A necessidade de assegurar o diálogo mútuo e a cooperação de todos os jovens

independentemente das suas origens étnicas e culturais exige a recusa de isolar numa mesma sala de aula os alunos com base em critérios étnicos ou culturais.

Só deste forma se estará a desenvolver uma educação intercultural. O futuro da interculturalidade depende, embora não de forma exclusiva, da clareza das opções assumidas a nível educativo.

Fomentar, o mútuo conhecimento e o diálogo intercultural na escola é o caminho para o enriquecimento cultural a partir da diferença cultural de origem e para a criação de identidades individuais abertas.

Como refere António Perotti na Apologia da Interculturalidade:

Num meio intercultural, a criança deve, com efeito, descobrir no outro, ao mesmo tempo a alteridade e a semelhança. A transmissão de um saber não pode ser suficiente. É necessário que a criança experimente essa semelhança e essa diferença numa relação com o outro. «A descoberta da alteridade é a de uma relação não de uma barreira» esta afirmação de Claude Lévi-Strauss inspirou os trabalhos sobre a educação intercultural desenvolvido no seio do Conselho da Europa

Torna-se necessário também continuar a promover iniciativas que contribuam para aumentar a capacidade da escola para desenvolver uma educação intercultural.

Mas a escola não é uma ilha. O futuro da interculturalidade na escola, está por exemplo, ligada, à forma como cada sociedade gere a diferença étnica, nacional e cultural ao nível das diferentes instituições. Está também ligado à forma como organiza o espaço, contribuindo para tecer tecidos urbanos que estimulem a cooperação, o diálogo intercultural e a solidariedade ou, pelo contrário, que criem guetos que produzam crispções étnicas.

Consideramos também que há que associar a educação intercultural na escola, e às acções a desenvolver fora da escola, mas que são susceptíveis de vir a ter inclusivé um efeito positivo na escola. É o caso das acções que temos vindo promover em colaboração com a Secretaria de Estado do Desporto no sentido de facilitar o acesso à prática desportiva e à formação desportiva por parte de jovens filhos de imigrantes.

Estamos certos que o projecto «Pelos Minorias», inserido no Programa das Cidades Digitais, que está a ser desenvolvido através da colaboração do Ministério da Ciência e da Tecnologia, do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, de câmaras municipais, do INESC, e de sete associações de imigrantes permitindo aos imigrantes e particularmente aos jovens filhos de imigrantes o acesso à sociedade da informação terá um impacto positivo na integração dos imigrantes e contribuirá para o diálogo intercultural na sociedade.

A realização de Seminários como este, a produção de materiais, como aqueles que

irão ser hoje aqui divulgados como resultado da acção do Entreculturas - Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, a avaliação e a divulgação dos casos de excelência em matéria de educação intercultural são também passos na direcção certa, que têm vindo a ser, aliás, acompanhados de políticas sociais e urbanas no mesmo sentido.

Antes de terminar não posso deixar de sublinhar a importância estratégica de que se reveste a universalidade sem limites no acesso à educação. O art. 26.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem proclama que «Toda a pessoa tem direito à educação» e convenções posteriores têm-no desenvolvido.

O art.º 74.º da Constituição da República portuguesa depois de estipular no n.º 1 do art.º 74.º (Ensino) que:

«1 - Todos têm direito ao ensino com garantia de direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar», determina que no quadro da realização da política de ensino, incumbe ao Estado, nomeadamente:

«j) Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para a efectivação do direito ao ensino».

Esta nova alínea j) aditada pela revisão constitucional de 1997 traduz a preocupação em assegurar maiores níveis de sucesso educativo por parte dos filhos de imigrantes e tem que ser levada a sério por todos os intervenientes no processo educativo.

A efectivação do direito ao ensino dos filhos dos imigrantes tem também merecido a atenção do Conselho e dos Representantes do Governos dos Estados-Membros da União Europeia, reunidos no Conselho. Na Resolução de 23 de Outubro de 1995 sobre a resposta dos sistemas educativos aos problemas do racismo e da xenofobia determinaram que:

«Em conformidade com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e com a legislação internacional, especialmente com o artigo 2.º da Convenção relativa aos Direitos da Criança, todas as crianças, sublinho *todas as crianças* - incluindo os filhos dos requerentes de asilo e de imigrantes ilegais, têm direito a uma escolaridade básica».

Ao celebrarmos o 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem através deste seminário, não estamos apenas a manifestar o nosso respeito por estes princípios, estamos a dizer que tudo continuaremos a fazer para que entre nós todas as pessoas exercem o seu direito à educação.

Intervenção do alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas na reunião de abertura do seminário Diversidade, Educação e Direitos Humanos, que decorreu nos dias 9 e 10 de Dezembro, na Fundação Calouste Gulbenkian.

¹ In *Apologia da Intercultural*, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, Ministério da Educação, Lisboa, 1997: 51.

CIMEIRA

Francisco Seixas da Costa*



A PAUSA DE VIENA

Dos resultados da cimeira que, no último fim-de-semana, reuniu em Viena os líderes da União Europeia parece poder concluir-se que cada um partiu como tinha chegado, isto é, que as posições relativas acabaram por se manter, no tocante às grandes questões financeiras que os dividem. Esta leitura estática, embora aparentemente verdadeira, pode, no entanto, esconder uma realidade dinâmica cuja importância está ainda por esclarecer.

Se olharmos para os últimos meses, verificamos que a discussão em torno da Agenda 2000 - a proposta de planeamento orçamental entre 2000 e 2006 apresentada há mais de um ano pela Comissão Europeia - acabou por se complicar por virtude do surgimento de um debate cruzado com a questão dos chamados «recursos próprios», isto é, o método de repartição dos meios de financiamento comunitário a suportar pelos Estados-membros.

A apresentação deste novo relatório por parte da Comissão, em Setembro, desencadeou um movimento de sentido restritivo tão intenso que acabou por colocar em causa os próprios fundamentos em que a própria Comissão se apoiara para as suas propostas da Agenda 2000. No essencial, pode dizer-se que a Europa dos contribuintes líquidos se lançou numa campanha que parece ter como objectivo essencial «embaratecer» a União Europeia, através de uma redução das suas contribuições, mesmo que isso signifique um corte abrupto em algumas das suas políticas.

Para muitos observadores, parece claro que os países mais ricos, após terem assegurado as vantagens do mercado interno e a aceitação política do princípio de um futuro alargamento que, desde já, lhes assegura novos e promissores mercados, começam a sentir-se desinteressados das

políticas de solidariedade intracomunitária. A circunstância de estarem presos, simultaneamente, a um inédito rigor macroeconómico no quadro da moeda única, que lhes diminui a margem de disponibilidade orçamental interna, contribui para a manifestação de alguma indisponibilidade em prosseguirem o esforço de empenhamento nos compromissos a que se obrigam pelo tratado, em termos de uma tendencial coesão do tecido económico e social comunitário. Daí a adopção de uma filosofia de integração que aponte para uma Europa com níveis diferenciados na adesão às suas políticas vai um passo muito curto, que muitos já prefiguram no horizonte.

O que se passou, ou melhor, o que não se passou em Viena a propósito do financiamento futuro da União não deixa de ser significativo. Pelo que uma interpretação dinâmica dos factos talvez possa ter algum sentido. Vale a pena registar que o Conselho Europeu não legitimou, de nenhuma forma, essa linha de interesses que vinha a ser subscrita por alguns dos países mais poderosos da União. Creio, mesmo, ser a primeira vez que uma «orientação» expressamente proposta numa das já regulares «cartas de véspera» da liderança franco-alemã passa, sem qualquer menção, nas conclusões da cimeira que pretendia influenciar.

Que concluir daqui? Que cenários podemos encarar?

A nosso ver, deveremos, antes do mais, ser prudentes e não cair na tentação de deduzir que os riscos que se projectavam sobre os interesses portugueses diminuíram. Esta é a primeira conclusão que convém reter e ela será a linha orientadora do Governo nos próximos tempos, como o primeiro-ministro português deixou claro no final da cimeira.

Mas não deixa de ser interessante verificar que foi possível - através de um esfor-

ço negocial e de influência intenso, que se projectou durante os próprios trabalhos do Conselho Europeu - sustentar a consagração, na letra das respectivas conclusões, de uma linha poderosíssima de pressão que já parecia imparável e que, no essencial, pretendia garantir que todos aceitavam uma determinada leitura de um eventual desequilíbrio na posição contributiva dos países mais ricos. Leitura essa que pretendia resolver a alegada injustiça através de uma significativa reorientação da despesa, que uma vez mais penalizava os países pobres.

A circunstância de Viena não ter consagrado o conceito de «estabilização de despesas», que era o «leit motiv» dos contribuintes líquidos para este tempo negocial, pode indicar que começa a haver a consciência, dentro desse grupo de países, de que não é possível construir uma política europeia contra Estados que, embora minoritários, representam uma parte significativa e não despreciable da União e que não se mostram disponíveis, agora ou no termo desta negociação, para a aceitação de um qualquer «diktat».

Bem pelo contrário, a cimeira apontou, pela primeira vez e por proposta portuguesa, para a consagração do conceito de globalização da negociação, afastando e frustrando assim, definitivamente, as anteriores tentativas de acordar, em separado, questões como o nível máximo de recursos próprios ou o valor da linha directriz agrícola, como desde há um ano vinha por alguns a ser procurado.

Partimos assim para o derradeiro tempo negocial sem limitações de posição, sem um mínimo de cedências, com um conjunto argumentativo sobre o «caso português» cuja solidez os nossos parceiros não contestam e que a própria Comissão, ao modular recentemente os seus critérios para a alocação dos fundos, acabou implicitamente por reconhecer como válido.

Temos vindo a conseguir, e isso tem sido esquecido por muitos observadores, algumas linhas tendenciais de consenso sobre um quadro regulamentar para a futura utilização dos fundos que é já muito diferente daquele que a Comissão apresentou em Março último, fruto de um longo trabalho negocial em que a presença activa de Portugal muito contou. Esses ganhos permitem perspectivar uma gestão com controlos muito menos arbitrários do que aqueles que eram propostos e assegurar antecipadamente uma mais autónoma utilização dos fundos que nos vierem a ser afectados.

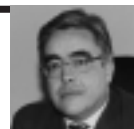
Mas não convém ter ilusões. O que aí vem é um período muito exigente e duro, onde temos de ser capazes de continuar a aliar a necessária imaginação em termos de propostas concretas ao reconhecimento da validade de alguns problemas alheios, à possibilidade de garantirmos a nossa ligação a novas soluções globais de natureza europeia, sem com isso colocar em perigo o essencial dos nossos interesses. Tudo isto tendo como pano de fundo um ambiente que ninguém, de boa-fé, deixará de reconhecer como altamente restritivo, marcado por uma filosofia integradora muito diferente da que prevalecia à época em que se negociaram os quadros financeiros anteriores.

Não querer perceber isto e procurar, como por aí já se pressente, retirar dividendos político-partidários para consumo interno de uma negociação diplomática internacional que tem mobilizado com elevado sentido de empenhamento o melhor da nossa administração pública, revela apenas uma lamentável falta de sentido de Estado e a ausência de memória face àquele que foi o comportamento responsável da então oposição em idênticos momentos anteriores. «A bon entendre»...

*Secretário de Estado dos Assuntos Europeus
In «Público»

CIMEIRA

Luís Marinho



A GRANDE CAPACIDADE NEGOCIAL DE GUTERRES

Mais uma vez o primeiro-ministro, António Guterres, e a sua equipa ministerial regressam de uma Cimeira europeia difícil, se não com vitórias na mala, pelo menos sem perder.

Guterres continua a aplicar o método que lhe permitiu a protecção de Portugal no Tratado de Amesterdão, em cuja cimeira se tentou o esmagamento institucional dos pequenos países. Tal como então, agora em Viena o primeiro-ministro português li-



dou com muita habilidade nas contradições dos ricos, Alemanha, Inglaterra e França, forjou uma aliança táctica com Espanha em nome dos países mais pobres e acabou incluindo as conclusões da Cimeira quase tudo o que era possível pretender.

Em primeiro lugar, fazendo desaparecer das conclusões a malfadada concepção de estabilização das despesas que a presidência austríaca, em jeito de frete, apresentava como critério para a solução da «Agenda 2000»; em segundo lugar, evitan-

do a parcelização das negociações, ganhou a negociação global de todas as dificuldades. Por último, fazendo com que Portugal saia da Cimeira com a capacidade negocial intacta para enfrentar as fases que se seguem. Todos nos apercebemos que, infelizmente, muitos líderes europeus se perguntam o que fazer com a Europa. Mas há um, pelo menos, que reconhecidamente sabe: o que não quer, o que quer e por onde vai: é o primeiro-ministro de Portugal.



OS DIREITOS DO HOMEM NO MUNDO UMA PERSPECTIVA EUROPEIA

O Parlamento Europeu, a «consciência democrática» da União Europeia, pode justamente orgulhar-se da sua acção em prol dos direitos do Homem que, mais do que em proclamações políticas, se traduz em ajuda concreta às vítimas dos regimes ditatoriais e desrespeitadores dos direitos fundamentais.

Encontramo-nos num momento particularmente significativo para os direitos do Homem: Comemoramos o 50º Aniversário da Declaração Universal e o 10º da atribuição do Prémio Sakharov, instituído pelo Parlamento Europeu e que galardou personalidades e organizações tão significativas como Mandela, Dubcek ou as «Mães da Praça de Maio». Podemos, finalmente, registar o progresso institucional a que abre caminho a recente aprovação do Estatuto do Tribunal Penal Internacional. Celebramos, com as decisões da justiça espanhola e dos sistemas judicial e governamental britânico acerca de Pinochet, um passo gigantesco contra a impunidade que põe termo ao que poderia chamar-se a «livre circulação dos ditadores»! Suharto e todos os outros que se cuidem! Constatamos, desse modo, que a força da opinião pública democrática pode prevalecer sobre as exigências da «realpolitik» e fazer funcionar os elementos - ainda incipientes, contudo! - de uma ordem internacional dos direitos do Homem que está esboçada na UE com as suas instituições supranacionais baseadas nos princípios do Estado de direito e o seu «espaço de liberdade, segurança e justiça». Não devemos ocultar nem adoçar a realidade: ao nível dos direitos humanos mais elementares - como o direito à vida, à liberdade e à dignidade - a Declaração Universal continua a ser, em larga medida, «letra morta».

É, porém, importante e pedagógico - apesar de certo discurso pessimista ouvido nos últimos dias - salientar os aspectos positivos. Não só ao nível das ratificações, agora também pela própria China, dos dois Pactos Internacionais das Nações Unidas (sobre os Direitos Civis e Políticos e sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais) e outras grandes Convenções internacionais. Mas, sobretudo, no que concerne à formação e influência crescente de uma opinião pública democrática e de uma cultura, também universal, dos direitos do Homem. Estas superam as fronteiras nacionais e exprimem-se através dos *media* e, sobretudo, de uma constelação de organizações da sociedade civil que, a nível nacional e internacional, suscitam cada vez mais adesões e mobilizam as consciências, em particular das mais jovens gerações, em busca de causas: valores éticos e de solidariedade humana.

A este verdadeiro movimento internacional, também ele «*provadamente indomado e indomável*» - para usar a caracterização

aplicada à oposição democrática à ditadura fascista que oprimiu Portugal durante quase meio século - devemos o essencial dos progressos feitos no respeito pelos direitos do Homem como valor universal.

Agora, que a «guerra fria» terminou, é bem tempo de dissociar a luta pelos direitos do Homem do conflito ideológico, para os fazer valer efectivamente na sua universalidade, interdependência e indivisibilidade.

Não há préjuízos de ordem ideológica ou geopolítica que possam legitimar graus diversos de exigência em matéria de direitos do Homem - «dois pesos e duas medidas» (como no tempo da guerra fria se desculpava Salazar, Franco, Mobutu ou Suharto em nome de uma disciplina de bloco anti-soviética).

Por outro lado, não é admissível a contraposição dos direitos individuais aos direitos dos povos. Nem a contraposição dos direitos civis e políticos aos direitos económicos, sociais e culturais. Assim, como não há uma democracia «substancial» (económica e social) que prescindida da democracia «formal». Como há muito dissemos nós, pelo menos, desde Gorbachev: os direitos do Homem são «um fim em si».

A defesa dos direitos do Homem não é uma imposição contra a soberania nacional de nenhum Estado, antes um dever assumido por todos no âmbito do sistema das Nações Unidas.

Os direitos do Homem são universais, porque os homens são todos livres e iguais em direitos. Não são uma imposição ocidental contrária às culturas não europeias ou norte-americanas.

Não são uma forma de uniformização cultural, mas uma garantia de diversidade cultural.

Por outro lado, não correspondem à imposição de uma regime político mas apenas ao respeito de certos valores universais que colocam o homem no centro e, com o respeito da sua dignidade, visam assegurar-lhe a capacidade de intervir na direcção da sociedade. E, fundamentalmente, criar, na ordem interna e internacional, as condições materiais e institucionais de efectivação e de igualdade real de oportunidades.

Num balanço sobre a situação, neste particular, existente há que abordar os temas que poderíamos chamar «clássicos» do combate pelos direitos do Homem: a liberdade de expressão; a pena de morte; os refugiados; os direitos das minorias; os direitos das crianças; as violências e as discriminações contra as mulheres e o tráfico de seres humanos. Se alguns progressos há a registar, aqui e ali, subsistem situações dramáticas, de barbárie com as quais a UE não pode contemporizar.

Entendemos, porém, que deveremos ir mais longe, para além da responsabilidade dos Estados, e apreciar as implicações da economia e da finança na situação concreta

dos direitos do Homem.

Há que avaliar as dramáticas consequências, para os povos e para as pessoas, da dívida externa dos países do «Terceiro Mundo» e das políticas de ajustamento estrutural, apelando à UE para que utilize a sua influência - sem dúvida potenciada pelo EURO - para que o FMI, o Banco Mundial, o G7, etc., actuem com efectiva consciência democrática e social. Do mesmo modo - sem defender o proteccionismo que impede o desenvolvimento dos países mais atrasados - é necessária a utilização de cláusulas sociais no âmbito da OMC e códigos de conduta facultativos ou, se necessário, vinculativos para as empresas estabelecidas na UE, de forma a combater a injustiça e o desrespeito pelos direitos e liberdades mais elementares na actividade económica.

Os direitos do Homem devem, cada vez mais, reger vinculativamente toda a ordem económica e social (incluindo na vida familiar), ultrapassando a concepção liberal de meros direitos face ao Estado.

A luta pelos direitos do Homem e pela democracia assume uma acuidade muito particular no contexto actual da chamada «globalização», fenómeno, em si, positivo - pelas oportunidades que encerra no domínio da economia e das finanças, da informação e do acesso aos bens culturais e científicos - mas também perigoso. Com efeito, ao provocar uma perda de capacidade real de regulação da economia e de controlo do poder económico por parte dos Estados, a globalização pode provocar uma limitação da efectividade prática da democracia e dos direitos do Homem. Para fazer frente a tais riscos, é necessário dominar politicamente a globalização em vez de ficar prisioneiro da ditadura do mercado.

Preconizamos, por isso, o reforço de instâncias supranacionais de integração política, a exemplo da UE, cujas capacidades de decisão e de intervenção carecem, ainda, de ser reforçadas. São de salientar as conclusões da recente reunião do Mercosul, que pretende seguir um caminho idêntico.

É a esta luz que vemos o papel da UE no domínio dos direitos do Homem e da democracia: não se trata de exportar uma ordem política eurocentrada, mas de lutar por um mundo mais justo, equilibrado e solidário - por isso, mais seguro e pacífico. Ao fazer dos direitos do Homem e da democracia, as linhas directrices da PESC, os Tratados assumiram a compreensão da UE como uma «potência civil» que, não aspirando a um domínio militar ou imperial, actua a nível internacional por meios políticos e através do seu poder económico, para garantir o respeito dos direitos e liberdades fundamentais. Por razões de solidariedade humana, mas também para preservar o fundamental do

seu próprio modelo social contra o nivelamento por baixo a que conduziria a contemporização com uma «lei da selva» na economia internacional.

Só que isto exige que a UE não adopte «dois pesos e duas medidas» e que tenha o mesmo nível de exigência tanto no seu interior, como na sua política em relação a países terceiros.

Os problemas - bem reais e graves - que a imigração, os refugiados e os pedidos de asilo de originários de países terceiros representam para os países membros da UE, não legitimam uma política que, em relação a esses cidadãos, prescindida do respeito dos direitos do Homem. A UE e os seus Estados-membros têm que comportar-se como a «pátria dos direitos do Homem» - se querem ser respeitados a nível internacional.

Está, pois, na ordem do dia a construção de uma ordem estadual internacional dos direitos do Homem, de que o Tribunal Penal Internacional é um bom primórdio, apesar das limitações do seu estatuto e da exigência da aceitação pelos Estados da sua jurisdição tendo, sintomaticamente, os EUA, a Rússia, a França e a China recusado aceitar uma jurisdição obrigatória e supranacional.

No mesmo sentido, vai a ratificação, por cada vez mais países, dos Pactos da ONU e de outras grandes Convenções internacionais. Mas isso não basta. É necessário um sistema de sanções para os Estados que, apesar da ratificação, não cumpram as respectivas obrigações.

O determinante, porém, é, vai ser, a sociedade civil, a opinião pública, as associações e ONG. É necessário reforçar o apoio financeiro, político e moral às ONG. E, desde logo apoiar a criação de um *Forum dos Direitos do Homem*, em que as ONG, peritos e cientistas possam cooperar estreitamente com representantes das três instituições da UE: Parlamento, Conselho e Comissão.

A UE dispõe dos meios e instrumentos para levar a cabo uma política muito mais activa e influente de promoção dos direitos do Homem e da democracia. Mas é necessário que haja vontade política.

A Declaração da UE de Viena de 10 de Dezembro enuncia algumas questões tendentes ao reforço da acção em prol dos direitos do Homem, ao dizer que «a União *considerará* medidas concretas». Será, porém, necessário que o Conselho e a Comissão passem às *decisões*.

Neste ano do Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, está nas nossas mãos fazer da UE não exactamente um oásis num mundo de injustiça e barbárie, mas uma instância solidária de combate por uma ordem internacional mais justa e respeitadora dos direitos e liberdades que fazem a dignidade do ser humano.

*Deputado Europeu - Relator do Parlamento Europeu sobre os direitos do Homem no mundo (1997-1998).



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Cantares em Almeirim

As músicas de Natal farão eco pelo concelho de Santarém no dia 20, a partir das 17 horas, quando o Orfeão de Almeirim e o Canto Firme de Tomar se apresentem num concerto coral, na sede da Casa do Povo.

Coral em Aveiro

A Igreja de Vera Cruz será palco, no sábado, dia 19, às 15 e 30, de um concerto de Natal a cargo do Coral Polifónico de Aveiro.

Conferências em Coimbra

Amanhã assista à conferência-debate «Conversas», na Casa Municipal da Cultura, a partir das 18 horas. O evento conta com a participação de Alice Vieira. «Cinema para a Infância» é o nome da iniciativa que levará ao Teatro Académico de Gil Vicente as películas de Don Bluth, «Em Busca do Vale Encantado» (dia 21, às 15 horas); de Brian Levant «Beethoven» (dia 22, às 15 horas) e de Anthony Hirox, «Príncipe Encantado» (dia 23, às 15 horas). Até ao dia 31 poderá visitar e apreciar a mostra «Videografias de José Saramago», na Torre D'Anto.

Livro em Fafe

A Casa Municipal da Cultura vai ser palco de uma sessão cultural na noite de hoje, a partir das 21 e 30, com a apresentação da estreia literária do poeta José Salgado Leite («Fragmentos do Quotidiano») e a abertura da XII Mostra de Artes Plásticas de Fafe.

A Câmara Municipal, através do Pelouro da Cultura, organiza novamente, este ano, o já tradicional Encontro de Coros de Música de Natal.

A realização da sétima edição da iniciativa está marcada para a Igreja Nova de São José, na cidade, no próximo sábado, dia 19, pelas 21 e 30.

Desporto em Ferreira do Alentejo

Amanhã assista à cerimónia inaugural da exposição de escultura e fotografia de Francisco Rato e Leonor Afonso, às 18 horas, na Galeria de Arte (Capela de Santo António).

O fim-de-semana será marcado pelo I Torneio de Futebol da 2ª Divisão, que se realizará na freguesia de Odivelas, no Campo de Jogos dos Marmeleiros. No domingo, dia 20 será altura de apreciar um concerto de música clássica de Natal, a cargo do Quarteto Lusitano. O espectáculo decorrerá na Igreja Matriz, a partir das 21 e 30.

Patins em Cascais

A 10ª prova do campeonato de patins em linha decorre no sábado, dia 19, e no domingo, dia 20.

Cinema em Guimarães

O lançamento do livro de Maria da Conceição Campos, «5 x 6», realiza-se hoje, às 21 e 30, na Sociedade Martins Sarmento.

«É Sempre a Mesma Cantiga» é a fita que poderá ver se for, hoje, às 21 e 45, ao Auditório da Universidade do Minho.

Amanhã, os cinéfilos amantes dos efeitos especiais poderão rever, na Hemeroteca - Centro de Animação, pelas 21 e 30, o filme de Steven Spielberg, «Jurassic Park - Mundo Perdido».

Por seu turno os frequentadores do Cinema São Mamede, poderão assistir à exibição a partir de amanhã e até ao dia 24, da película «Magia e Sedução».

No sábado, dia 19, não perca o recital do Coro de Letras da Universidade do Porto que decorrerá, na Igreja da Oliveira, pelas 21 e 45.

Música em Lisboa

Amanhã nas salas de cinema exibem-se dois filmes estreantes e uma reposição. Trata-se de «Para Sempre Cinderela», de Andy Tennat; «Magia e Sedução», de Griffin Dunne e «Vale Abraão», de Manoel de Oliveira, respectivamente.

O cantor brasileiro Paulo Ricardo, ex-vocalista da banda de rock RPM, inicia hoje uma série de três concertos em Portugal, onde já vendeu mais de 20 mil cópias do seu último álbum, «O Amor Me Escolheu». O concerto inaugural realiza-se no Teatro Camões, no Parque das Nações.

Mostra em Portimão

A exposição «Rio Arade - as margens da memória» encontra-se patente ao público, na Sala de Exposições Temporárias.

Presépios no Porto

O III Ciclo de Música Portuguesa chegará ao Auditório da Fundação de Serralves, no sábado, dia 19, às 18 horas, com a realização de um recital que contará com as interpretações dos solistas Ricardo Lopes (corne inglês), Alain Sève (clarinete-contrabaixo) e José Pereira de Sousa (violoncelo).

O Quarteto Suggia recriará, nessa mesma ocasião, obras de Isabel Soveral e de Virgílio Melo.

Cerca de 500 figurantes vão participar no «Presépio ao Vivo no Centro Histórico do Porto», que se realiza a partir de hoje e até ao domingo, dia 20.

O cantor José Mário Branco e o francês Jean Sommer apresentam-se pela primeira vez em Portugal no dia 22, num espectáculo no Teatro Rivoli, integrado no ciclo «Do Natal aos Reis», promovido pela Culturporto.

Concerto na Povoação

Quarta-feira, dia 23, pelas 21 horas, realiza-se um concerto de Natal.

O espectáculo estará a cargo do Grupo de Serenatas Terra Nostra e do Grupo de Teatro da Lombada do Botão.

No intervalo, a Tuna Povoacense e a Orquestra Ligeira da Câmara Municipal não deixarão arrefecer a animação.

Trajes em São Brás de Alportel

A mostra anual do Traje Algarvio estará aberta ao público até ao final do mês.

Espectáculo em Setúbal

O Grupo Coral da Escola Secundária do Bocage apresenta-se, no sábado, dia 19, pelas 21 horas, no estabelecimento de ensino do mesmo nome, num concerto de natal.

Audiovisual em Valença

Amanhã, a Biblioteca Municipal apresenta «Os Dois Amigos» no seu espaço cultural «Hora do Conto».

A partir de amanhã e até ao dia 22 o Cineclube irá exibir o filme «A Vida em Directo», de Peter Weir, com Jim Carrey no papel principal.

A quarta-feira, dia 23, será assinalada por uma projecção, na Biblioteca Municipal do vídeo infantil, «Madrastra do Arco Velho».

Natal em Vila Real de Santo António

A Praça Marquês de Pombal foi o espaço escolhido para a realização, hoje, de um concurso de presépios onde as escolas de todos os níveis de ensino da região são concorrentes.

A exposição Columbófila abre ao público amanhã, na Sala de Exposições do Centro Cultural. A iniciativa termina no domingo, dia 20.

Entretanto, uma outra mostra, a de presépios de colecção, será inaugurada, no mesmo local, na segunda-feira, prolongando-se até ao dia 5 de Janeiro de 1999.

O Auditório do Centro Cultural será palco para um concerto a cargo da Orquestra Filarmónica de Trigueiro e para a actuação do artista Juan Santamaría, no próximo sábado, às 21 e 30.

O programa de animação de Dezembro incluiu uma Tarde de Natal, na Câmara Municipal, no dia 20, a partir das 15 horas.

Quanto à festa de rua, essa chegará na tarde de segunda-feira, dia 21.

Jazz
Arquipélago
A Música de
José Luís Tinoco

18 de Dezembro 21h30
Grande Auditório da Culturgest

SUGESTÃO

«A BELA ADORMECIDA»

A Companhia Nacional de Bailado estreia finalmente, em Lisboa, a sua produção de «A Bela Adormecida», um bailado em três actos e um prólogo, com partitura de Tchaikovsky.

Esta produção preserva os grandes momentos coreográficos de Marius Petipa ao mesmo tempo que propõe uma coreografia original da responsabilidade do coreógrafo holandês Ted Brandsen.

Os cenários e figurinos são da autoria de António Lagarto, que com a sua vasta experiência na dança, no teatro e na ópera teve a capacidade de repensar este grande clássico imprimindo à sua imagem um toque de contemporaneidade.

Com esta nova produção a Companhia Nacional de Bailado oferece ao público uma versão atualizada desta grande obra do repertório clássico, conservando a magia e o encanto que lhe são próprios.

A Orquestra Sinfónica Portuguesa, sob a direcção do maestro Vasco Pearce de Azevedo, interpretará a música de Tchaikovsky.

Adeline Charpentier, Ana Lacerda, Filipa Rola, Alexandre Fernandes, Luís d'Albergaria e Bruno Roque são os responsáveis pelos papéis principais à frente de uma companhia de 54 bailarinos. O apuramento técnico e artístico, o entusiasmo e a energia são já atributos reconhecidos à Companhia Nacional de Bailado.

O bailado «A Bela Adormecida» poderá ser apreciado, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, nos dias 23, 26, 28, 29 e 30, às 21 e 30, bem como nos dias 26 e 27, às 16 horas.

Já em 1999, mais especificamente, nos dias 2 e 3 de Janeiro, haverá mais dois espectáculos, respectivamente, às 21 e 30 e às 16 horas.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Trinta dinheiros

No bengaleiro do mercado público penduraram o coração Vestem o fato dos domingos fáceis. Não têm rosto têm sorrisos muitos sorrisos aprendidos no espelho da própria podridão. Têm palavras como sanguessugas. Curvam-se muito. As mãos parecem prostitutas. Alma não têm. Penduraram a alma. Por fora parecem homens. Custam apenas trinta dinheiros.

Manuel Alegre
In «Praça da Canção»



VIENA, PORTUGAL E O ORÇAMENTO

Definiu o Conselho Europeu de Viena que um acordo político global sobre a Agenda 2000 visse a ser adoptado em Março próximo, permitindo, de acordo com as conclusões da Presidência austríaca, a sua adopção definitiva antes das eleições para o Parlamento Europeu.

Sabemos o que está em causa. Os esforços feitos para que Portugal tivesse ainda condições para participar no euro não podem ter a consequência de nos afastar do acesso aos Fundos Europeus. Estes foram imprescindíveis para a aceleração do crescimento económico, para a maior qualificação da mão de obra e para o desenvolvimento das infra-estruturas.

Temos que entender que o novo governo alemão parece interessado em reduzir a contribuição alemã para a União Europeia, tendo em conta a situação dos Estados alemães de leste e o próprio programa eleitoral recentemente sufragado em vitória eleitoral.

À luz destes desenvolvimentos, melhor se entende algumas das razões que terão levado o primeiro-ministro português a con-

ferenciar com J. M. Aznar no Algarve, não só para tratar do acordo hidráulico-ambiental como para coordenar as estratégias de intervenção europeia em todo o processo em causa de negociação da Agenda 2000.

Entretanto, terminou na Assembleia o debate do Orçamento do Estado. Uma boa coordenação entre o Governo (nomeadamente mas não só nas áreas das Finanças e dos Assuntos Parlamentares) e o Grupo Parlamentar permitiu rejeitar algumas centenas de propostas inoportunas ou inadequadas das oposições de direita e comunista, como aprovar propostas enriquecedoras ou de melhoramento. Estas propostas aprovadas foram oriundas essencialmente de Deputados do PS mas também foram aceites propostas comunistas (nomeadamente na área do IRS) e algumas de deputados do PSD e do PP.

Como resultado das diferentes alterações, saiu da Assembleia um Orçamento enriquecido e aperfeiçoado, como compete fazê-lo no final de um debate parlamentar sério. Todo este comportamento altamente positivo do Governo e do Grupo Parlamentar

do PS veio a permitir que alguma imprensa classificasse este Orçamento simultaneamente como o mais ecológico e o mais socialista. Não tenhamos dúvidas que a equidade fiscal aumenta, que se garantem as condições para a sustentabilidade do crescimento económico e do equilíbrio financeiro, assegurando a solidariedade social indispensável a um projecto socialista democrático.

Neste contexto europeu e nacional, o próximo Congresso do PS marcará certamente um reforço do partido e uma sólida e convicta arrancada para uma vitória nas europeias e nas legislativas.

Perante isto, temos que entender que as estratégias das oposições são de sobrevivência própria e de desgaste alheio sabemos resistir às tentações de marcar golos na própria baliza ou de cometer faltas desnecessárias.

Os problemas do povo português, as aspirações dos nossos concidadãos merecem toda a nossa atenção e empenhamento. Os partidos existem também para resolver esses problemas e satisfazer tais legítimas aspirações.

«Em Portugal não faltam pessoas convencidas de que fariam um excelente papel como directores de programas da RTP, mas são infelizmente poucas as que desempenhariam esse cargo com bom senso e bom gosto.»

Alberto Arons de Carvalho
Diário de Notícias 11 de Dezembro 1998

«Se tivesse de designar um livro do ano, faria recair a minha escolha neste diálogo estimulante e actualíssimo entre Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares.»

Guilherme Oliveira Martins
Diário de Notícias 13 de Dezembro 1998

«Disse ao professor Cavaco e agora digo ao engenheiro Guterres que Portugal deve ter em Bruxelas o comportamento de uma região autónoma em Lisboa.»

João Jardim
Diário de Notícias 13 de Dezembro 1998

«A nova AD faz-me lembrar o lançamento da última embalagem da Coca-Cola.»

Manuel Maria Carrilho
Expresso, 12 de Dezembro de 1998



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz